

## **AVALIAÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICA DE CULTURA: O PROGRAMA CULTURA VIVA**

Lia Calabre<sup>1</sup>  
Deborah Rebello Lima<sup>2</sup>  
Luana Vilutis<sup>3</sup>  
Paula Ziviani<sup>4</sup>

A presente mesa coordenada tem como objeto de estudo o Programa Cultura Viva. Partindo de abordagens variadas que se iniciam com a discussão sobre o processo de avaliação de políticas públicas, os trabalhos aqui reunidos lançam seus olhares sobre o Programa a partir das pesquisas realizadas pelo IPEA e pelo LPP. As análises são baseadas em dois tipos distintos de fontes: a primeira de base mais conceitual a partir das informações disponibilizadas pelas pesquisas já finalizadas e a segunda a partir da experiência da pesquisa de campo. A mesa é composta pelos trabalhos: a) Questões sobre avaliação de políticas públicas de cultura: o caso do Programa Cultura Viva, de Lia Calabre; b) Cultura Viva e os dados do IPEA: um retrato do diálogo entre os pontos de cultura e os conceitos de autonomia, empoderamento, protagonismo e gestão em rede, de Deborah Rebello Lima; c) Educação e produção colaborativa nos pontos de cultura – um olhar sobre o Cultura Viva, de Luana Vilutis; e Kairós: uma narrativa sobre o Cultura Viva, de Paula Ziviani

---

<sup>1</sup> Pesquisadora da Fundação Casa de Rui Barbosa, doutora em história. [liacalabre@rb.gov.br](mailto:liacalabre@rb.gov.br)

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de História Política e Bens Culturais (CPDOC/FGV) e bolsista do Setor de Políticas Culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa. [deborahrebellolima@hotmail.com](mailto:deborahrebellolima@hotmail.com)

<sup>3</sup> Doutoranda do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da UFBA e pesquisadora do IPEA. Email: [luanavilutis@gmail.com](mailto:luanavilutis@gmail.com)

<sup>4</sup> Bolsista de pesquisa do IPEA. E-mail. [pzviani@gmail.com](mailto:pzviani@gmail.com)



## Questões sobre avaliação de políticas públicas de cultura: o caso do Programa Cultura Viva

Lia Calabre<sup>5</sup>

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo refletir sobre o processo de elaboração e avaliação de políticas públicas, no campo da cultura, tomando como objeto de análise o Programa Cultura Viva. Considerando que o presente artigo integra, com outros três, uma mesa de comunicações coordenada sobre o Programa Cultura Viva, tomarei como questão central a discussão sobre o papel das avaliações no processo de construção e consolidação das políticas públicas de cultura, enquanto os outros trabalhos se dedicarão a analisar algumas das pesquisas mais detidamente.

**Palavras-chave:** políticas públicas, cultura, Programa Cultura Viva, avaliação de políticas.

Podemos afirmar que nessa primeira década do século XXI, a cultura foi integrada ao campo das políticas públicas. Tal fenômeno pode ser observado, em especial, em um significativo número de países da América Latina. No caso brasileiro, a partir de 2003, o Ministério da Cultura (Minc) passou a atuar de maneira a inserir efetivamente a cultura no elenco das áreas que compõem o universo das políticas públicas, ou seja, buscou definir novas dimensões de atuação, políticas, programas e ações de longo prazo. Dentre uma série de programas e ações o Programa Cultura Viva foi um dos que obteve grande penetração e destaque em todas as regiões do país.

Este artigo tem como objetivo refletir sobre o processo de elaboração e avaliação de políticas públicas, no campo da cultura, tomando como objeto de análise o Cultura Viva. Diferentemente de outros programas e ações implementadas pelo Minc, o Cultura Viva já foi objeto de três avaliações – a primeira realizada pelo Laboratório de Políticas Públicas (LPP), da Universidade do Rio de Janeiro (UERJ), sob a coordenação de Emir Sader – finalizada em 2006; e, as duas seguintes, realizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), sob a coordenação de Frederico A. Barbosa da Silva e Herton Ellery Araújo, tendo a primeira sido concluída em 2009. A segunda ainda está

---

<sup>5</sup> Pesquisadora da Fundação Casa de Rui Barbosa, doutora em história. [liacalabre@rb.gov.br](mailto:liacalabre@rb.gov.br)

em fase de análise. Considerando que o presente artigo integra, com outros três, uma mesa de comunicações coordenada sobre o Programa Cultura Viva, tomarei como questão central a discussão sobre o papel das avaliações no processo de construção e consolidação das políticas públicas de cultura, enquanto os outros trabalhos se dedicarão a analisar algumas das pesquisas mais detidamente.

A visão de política pública aqui utilizada tem como base de análise a conceituação construída por Fernando Tenório e Enrique Saravia. Os autores trabalham com política pública como um processo de gestão social, ou seja, como: “ações do poder público que são implementadas com a participação da sociedade civil”, ou seja, um “processo por meio do qual a sociedade contribui à *res publica* através das diferentes instâncias já existentes no Estado, como é o caso dos conselhos municipais”. (TENÓRIO e SARAVIA. 2007. p.126-127). Tal conceituação é bastante adequada para se pensar o Programa Cultura Viva, que tem entre seus princípios norteadores o da problemática da gestão cultural compartilhada e transformadora, devendo gerar como resultados autonomia, protagonismo e empoderamento dos grupos e agentes que dele participam. Uma das questões principais do Programa é a do trabalho e da articulação em rede dos participantes, com a manutenção de fóruns e comissões locais e nacionais para discussões com os governos. Logo, nada mais adequado à realidade a ser estudada do que um conceito de política pública que envolve sociedade civil e poder público, estabelecendo graus de partilhamento da responsabilidade decisória.

É importante ressaltar que nas últimas décadas ocorreu um processo de valorização dos estudos sobre políticas públicas em geral – em seus diversos aspetos e elementos. Segundo Celina de Souza, são três os fatores responsáveis por essa maior visibilidade dessa área de estudos: 1) a adoção de políticas restritivas de gastos; 2) as novas visões sobre o papel dos governos; e, 3) o processo de desenvolvimento de países (como os latinoamericanos) que ainda não conseguiram equacionar o desenvolvimento humano e a promoção da inclusão social. Além disso, não se pode desprezar o fato de que este é um campo de estudos relativamente novo, que se formou na primeira metade do século XX. (Souza, Celina 2006. p.20)

Como um campo de conhecimento, a área da política pública deve produzir estudos e diagnósticos com base em informações confiáveis e, preferencialmente coletadas de maneira sistemática. Programas e políticas, em especial os de grande duração, necessitam de acompanhamento e avaliações sistemáticas. Uma primeira questão que se coloca é a da limitação das avaliações em si mesmas, pois, na maioria

das vezes, elas não são capazes de fornecer informação que permitam diagnosticar o conjunto da ação nas suas diferentes nuances. Ao passarmos para o campo da cultura, esse problema se complexifica, na medida em que, geralmente, as finalidades das ações são extensas e, muitas vezes, com parte dos objetivos fluidos, além de produzirem resultados que, em sua maioria, somente poderão ser avaliados em longuíssimo prazo. Tal quadro torna difícil a apreensão e a aferição de resultados através dos métodos tradicionalmente utilizados nas avaliações de políticas públicas.

Existem alguns problemas que interferem, de uma maneira geral, na obtenção de resultados satisfatórios pelas avaliações, dentre os quais podemos destacar a ausência de definições operacionais claras que permitam medir os objetivos do programa, além da ausência de clareza de explicitação de quais seriam os critérios de aferição de sucesso – além da não definição do próprio conceito de sucesso com o qual o programa ou ação opera. Novamente verificamos que tal situação se agrava quando nos encontramos nos domínios da cultura. Vejamos o que pode ocorrer com alguns conceitos comumente utilizados nos processo de avaliação. Na busca da mensuração dos graus de eficácia e de eficiência, alguns programas trabalham com o conceito de desenvolvimento. O que é desenvolvimento cultural ou desenvolvimento de uma determinada cultura? Para se responder tal questão, os pressupostos e os objetivos devem estar devidamente contextualizada dentro do escopo do programa (política ou ação). Não podemos esquecer que tal conceito está impregnado de significados economicistas, que quando associados a outros campos, como o da política, geram conceitos como o de desenvolvimentismo. Ainda que fuçamos de encaminhar a discussão pelos campos da economia e da política, temos que reconhecer que o conceito de desenvolvimento é relacional, algo é mais ou menos desenvolvido a partir do estabelecimento de um determinado parâmetro de análise, diz respeito a ideias e modelos pré-concebidos e cada vez menos aceitos de maneira universal, com uma única significação. Na publicação dos resultados da pesquisa finalizada em 2009, Frederico Barbosa e Herton Ellery conceituam desenvolvimento a partir do preceituado na constituição Federal de 1988, como “o grau de transformação do contexto social e ambiental no sentido de melhoria de qualidade de vida”, que é medido tanto pela distribuição dos recursos quanto pela apropriação dos mesmos no sentido de transformação da realidade. No campo da cultura, para os autores, “o desenvolvimento supõe ampliação e consolidação de circuitos culturais” (SILVA. p.11) A apreensão e a mensuração dos graus de transformação do contexto cultural de uma determinada comunidade, assim como a da

ampliação e consolidação de seus circuitos culturais são questões complexas, que merecem elaborações metodológicas cuidadosas.

Voltando ao campo mais geral, os estudiosos costumam classificar as pesquisas de avaliações de políticas públicas em: avaliações de processo (que são fundamentais para o monitoramento do programa ou da política, permitindo uma avaliação antecipada dos efeitos desejados) e avaliações de impacto (que devem verificar os efeitos do programa sobre a população alvo). Algumas pesquisas podem ter esse duplo caráter, como é o caso do conjunto daquelas que foram realizadas no universo do Programa Cultura Viva.

Na pesquisa finalizada em 2006, os objetivos centrais eram: a avaliação e o monitoramento do programa através de cinco objetivos específicos, abaixo relacionados:

- a) Estabelecer um marco analítico para o melhor entendimento do processo de implementação e desenvolvimento dos Pontos de Cultura, que possibilite a verificação da consonância dos projetos em curso com as metas, concepções, linhas de ação e atuação definidas pelo Programa Cultura Viva.
- b) Fornecer dados e indicadores (quantitativos e qualitativos) que permitam apreciar a dinâmica e modalidades de implementação e desenvolvimento dos Pontos de Cultura.
- c) Elaborar e testar metodologias de avaliação processual que forneçam subsídios analíticos e estratégicos significativos para o fortalecimento do trabalho nos Pontos de Cultura e na gestão do Programa Cultura Viva.
- d) Elaborar subsídios teóricos que permitam apoiar a gestão e a execução do Programa Cultura Viva, no contexto de uma política pública de cultura inclusiva e democrática.
- e) A formulação de alternativas destinadas a fortalecer sua eficiência, eficácia e efetividade social. (Minc. p.5-6)

O relatório informa ainda que busca consolidar informações nas dimensões simbólica, econômico-produtiva e cidadão, articuladas a partir da lógica e dos princípios que regem o conjunto dos Programas do Ministério da Cultura. A avaliação foi construída a partir da utilização de duas técnicas de pesquisa: um questionário aplicado

- disponibilizado para todos os pontos através da web - e da realização de visitas técnicas – num total de vinte e distribuídas em sete estados.

Os questionários foram compostos por 155 perguntas, sendo 50 fechadas, 82 semi-abertas e 23 abertas, que se dividiam nos seguintes blocos temáticos: dados dos responsáveis das informações; sobre o Programa Cultura Viva; o Ponto de Cultura; a instituição proponente; e, políticas públicas. Os questionários foram enviados para 152 pontos e, desse total, 100 responderam integralmente. As visitas técnicas buscavam conhecer: as dinâmicas do Programa Cultura Viva e os trabalhos desenvolvidos nos Pontos de Cultura; a forma na qual os objetivos do Programa estão presentes nas ações / atividades desenvolvidas pelos Pontos; e, a eficácia do Programa Cultura Viva, avaliando os benefícios das ações executadas para o público e para a comunidade envolvida.

Ainda que o objetivo desse artigo não seja o de analisar os resultados da pesquisa, eles serão utilizados como insumos para a discussão sobre a problemática das avaliações no campo da cultura. Como podemos verificar, a pesquisa pretendeu produzir elementos para a construção de uma avaliação tanto de processo quanto de impacto do programa Cultura Viva. E, para tanto, buscou trabalhar com as diretrizes gerais que guiavam as ações do Ministério da Cultura. Coletar informações nas dimensões simbólicas e cidadãs – duas das três dimensões destacadas pela pesquisa – é uma tarefa que apresenta um alto grau de complexidade. Buscar capturar a eficácia de uma ação cuja natureza se reflita no campo do simbólico – por sua natureza ligada ao universo das mentalidades – requer o aprofundamento e aperfeiçoamento de modelos de metodologias baseadas em pesquisas de percepção.

Um dos primeiros desafios presentes no trabalho de avaliação de programas como o Cultura Viva é o da ausência da coleta informações mais detalhadas, no momento do convênio do beneficiário com o setor público, ainda mais se tratando de instituições que já realizavam atividades <sup>6</sup> e que serão, por exemplo, ampliadas ou potencializadas através da presença do Programa. O mapeamento inicial e a existência de informações anteriores sistematizadas é que vão permitir, com uma maior precisão, avaliar se os objetivos propostos foram alcançados. Um outro grande desafio apresentado pelo próprio Programa está nos objetivos a que se propõe. A pesquisa do IPEA apresenta sinteticamente o Programa a partir do seguinte objetivo: “fortalecer o protagonismo cultural da sociedade brasileira, valorizando as iniciativas culturais de

---

<sup>6</sup> Ao se inscrever nos editais do Programa, a instituição já deve desenvolver trabalhos junto à comunidade no campo da cultura.

grupos e comunidades excluídas e ampliando o acesso aos bens culturais” (SILVA. p. 39)

Na página *web* do Ministério da Cultura encontramos como objetivos do Programa

- Ampliar e garantir acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural
- Identificar parceiros e promover pactos com atores sociais governamentais e não-governamentais, nacionais e estrangeiros, visando um desenvolvimento humano sustentável, no qual a cultura seja forma de construção e expressão da identidade nacional
- Incorporar referências simbólicas e linguagens artísticas no processo de construção da cidadania, ampliando a capacidade de apropriação criativa do patrimônio cultural pelas comunidades e pela sociedade brasileira
- Potencializar energias sociais e culturais, dando vazão à dinâmica própria das comunidades e entrelaçando ações e suportes dirigidos ao desenvolvimento de uma cultura cooperativa, solidária e transformadora
- Fomentar uma rede horizontal de “transformação, de invenção, de fazer e refazer, no sentido da geração de uma teia de significações que envolva a todos”
- Estimular a exploração, o uso e a apropriação dos códigos de diferentes meios e linguagens artísticas e lúdicas nos processos educacionais, bem como a utilização de museus , centros culturais e espaços públicos em diferentes situações de aprendizagem e desenvolvendo uma reflexão crítica sobre a realidade em que os cidadãos se inserem
- Promover a cultura enquanto expressão e representação simbólica, direito e economia (Minc)

Objetivos como: “fomentar uma rede horizontal de ‘transformação, de invenção, de fazer e refazer, no sentido da geração de uma teia de significações que envolva a todos’, por exemplo, que tem um significado fluido e mesmo subjetivo, mais ligado as formas de operar de áreas de estudo como a antropologia, necessita ser traduzido em ações mensuráveis para que possam ser avaliados dentro da lógica das políticas públicas.

O que ocorre é que para a construção das pesquisas - a do LPP e as do IPEA - foram necessárias reuniões técnicas de trabalho com integrantes da equipe da Secretaria de Programas e Projetos Culturais (atual Secretaria de Cidadania Cultura) para uma melhor apreensão do que efetivamente deveria ser avaliado e da própria percepção sobre o Programa. No caso da pesquisa do IPEA, já observados os problemas presentes nos resultados da primeira avaliação realizada pelo LPP, o primeiro passo foi a da construção de um modelo lógico do Programa que, como um método mais geral, possibilitou a produção de “instrumentos que permitiram a construção de referências conceituais para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de programas e para a sua avaliação” (SILVA. p. 30)

As pesquisas realizadas possuem um conjunto de questões de caráter mais formal sobre a instituição, sobre o responsável pela mesma e sobre o convênio. No caso da pesquisa do IPEA, não foram incluídas questões sobre políticas públicas de caráter mais geral, tais como as que constavam na pesquisa do LPP.<sup>7</sup> O conjunto de questões, de uma maneira geral, buscava obter informações sobre o funcionamento do ponto, relação do mesmo tanto com o Minc quanto com a comunidade.

A evidência que se fortalece ao analisarmos os resultados do conjunto das pesquisas é a de que aspectos mais formais, quantificações das atividades e problemas das relações entre as instituições e o poder público podem ser informações mais facilmente apreendidas. Agora, quando no campo da cultura passamos a tentar capturar dados sobre impactos sobre alterações de práticas culturais cotidianas; sobre transformações do campo simbólico, as metodologias que vêm sendo utilizadas nos permitem produzir impressões sobre todo o processo - como também reproduzir impressões dos envolvidos com o mesmo. Como afirmam Frederico Barbosa e Herton Ellery, logo no início do trabalho, “os modelos de controle e de análise formais não oferecem elementos para avaliar os processos fluídos e empíricos das políticas públicas”, isso é somado ao fato que a consolidação de políticas públicas envolve uma lógica política e contextual onde se “consideram princípios como base e mudanças situacionais como parte da realização da democracia cultural e social.” (SILVA. p. 27)

---

<sup>7</sup> Tais como: Você avalia que as políticas públicas municipais são adequadas à cultura? Você avalia que as políticas estaduais são adequadas à cultura? Você avalia que as políticas públicas federais são adequadas à cultura? Qual sua posição sobre as lei de incentivo cultural? (MINC. 2006. P. 59)

## Referências Bibliográficas

BARROS, José Márcio. **Para uma cultura de avaliação da cultura**. Disponível em: <http://www.itaucultural.org.br/bcodemidias/000978.pdf>. Capturado em 02/04/2011

FIGUEIREDO, Marcus F. e FIGUEIREDO, Argelina Maria C. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referências teóricas. In: Revista **Análise e Conjuntura**. Belo Horizonte, 1(3): 107-127.

MINISTÉRIO DA CULTURA (Minc) **Programa Cultura Viva** – Avaliação Piloto – Relatório Final. Executados pelo Núcleo de Políticas Públicas de Cultura do Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: setembro de 2006.

MINISTÉRIO DA CULTURA (Minc) **Programa Cultura Viva** - objetivos. Disponível em <http://www.cultura.gov.br/culturaviva/cultura-viva/objetivos-e-publico/>. Capturado em 29/03/2011.

SILVA, Frederico A. Barbosa e ARAÚJO, Herton E. (org.) **Cultura Viva: avaliação do programa arte, educação e cidadania**. Brasília: IPEA, 2010.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. In: **Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez/2006. P. 20-45

TENORIO, Fernando G. e SARAVIA, Enrique J. Escorços sobre gestão pública e gestão social. IN: MARTINS, Paulo Emílio Matos e PIERANTI, Octávio Penna. **Estado e Gestão Pública: Visões do Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007



## **CULTURA VIVA E OS DADOS DO IPEA: UM RETRATO DO DIÁLOGO ENTRE OS PONTOS DE CULTURA E OS CONCEITOS DE AUTONOMIA, EMPODERAMENTO, PROTAGONISMO E GESTÃO EM REDE**

Deborah Rebello Lima<sup>8</sup>

**Resumo:** O cenário das políticas culturais contemporâneas tem sido lugar de profundas redefinições que vão desde o próprio conceito de cultura até o papel do Estado enquanto agente inserido em uma sociedade. O Programa Cultura Viva pode ser visto como um exemplo destes novos paradigmas. Uma ação governamental que se volta para o potencial que a sociedade civil tem a oferecer, da mesma forma que busca dialogar com a imensa diversidade cultural brasileira.

Por conta disto, este trabalho busca analisar, por meio dos dados obtidos com a primeira pesquisa realizada pelo IPEA, em que medida a gestão cotidiana dos Pontos de Cultura apresenta indícios dos conceitos norteadores da ação: autonomia, protagonismo, empoderamento e gestão em rede.

**Palavras-chave:** Programa Cultura Viva, desafios de gestão, autonomia-protagonismo-empoderamento e gestão em rede

A análise de política pública, em seu sentido estrito, tem como desafios fundamentais observar os níveis de eficiência, eficácia e efetividade do propósito delineado. Afinal, qualquer ação ou programa governamental é baseado em uma vontade política de resolver um problema, fomentar uma potência, promover equidade de oportunidade, entre outras razões. O objeto de estudo deste artigo não foge a esta regra, pois desde sua criação o Programa Cultura Viva possui como norte primeiro “promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, assim como potencializar energias sociais e culturais, visando à construção de novos valores de cooperação e solidariedade.” (MINC: 2004, p.1)<sup>9</sup>

Segundo a definição proposta pelo criador do Programa, Célio Turino, “O Cultura Viva é concebido como uma rede orgânica de gestão, agitação e criação cultural e terá por base de articulação o Ponto de Cultura.” (TURINO: 2009, p.85) Esta rede orgânica que integra o Programa é composta por cinco ações interdependentes: os Pontos de Cultura, a Escola Viva, o Cultura Digital, o Agente Cultura Viva e a Ação Griô. Todos estes braços que compõem o Programa buscam interagir e interligar fazeres culturais distintos, além de fomentar a diversidade cultural brasileira.

---

<sup>8</sup> Mestranda do Programa de História Política e Bens Culturais (CPDOC/FGV) e bolsista do Setor de Políticas Culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa. [deborahrebellolima@hotmail.com](mailto:deborahrebellolima@hotmail.com)

<sup>9</sup> Portaria publicada em 06 de julho de 2004 pelo Ministério da Cultura com o Propósito de criar o Programa Cultura Viva. Texto original disponível em: [www.cultura.gov.br/site/wp-content/.../portaria-156-de-2004.pdf](http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/.../portaria-156-de-2004.pdf).

No entanto, esta ação governamental, além de tantas outras existentes na área social, possui outros objetivos pouco tangíveis, mas muito divulgados. O programa Cultura Viva, por exemplo, é uma ação governamental que possui forte base teórica de proposição, seja pelo talento de seus gestores ou pelas redefinições propostas pelos vários pesquisadores que se debruçaram sobre esta ação governamental, que é vista como uma revolução no campo das políticas culturais contemporâneas.

Seja de onde for, o Programa Cultura Viva desde sua criação é percebido como uma ação orientada por quatro conceitos principais: autonomia, protagonismo, empoderamento e gestão em rede. Pressupostos que são a base de construção da forma de gestão e da construção de discursos (propagados pelos gestores governamentais ou pelos partícipes). Uma ação que se destaca, pois não se traduz apenas em um repasse de recursos por parte do Estado, ou uma espécie de bolsa auxílio com o propósito de fornecer mais equidade de oportunidades aos cidadãos com diferenças sociais assombrosas. O propósito inovador do Programa Cultura dialoga com concepções contemporâneas acerca do papel do Estado no circuito de produção cultural de um país.

Compatilhando da visão de que não cabe ao Estado ser o polo produtor de conteúdo para a população em geral, este programa busca reforçar o papel governamental de fomentar ações propostas por membros da sociedade civil. O governo fomenta o fazer artístico em pequenos e deslocados circuitos de produção cultural. Não com o propósito de conseguir uma massiva profissionalização do setor, mas com a meta de fornecer meios para que pequenos grupos possam potencializar atividades que vinham sendo desenvolvidas de forma amadora ou descontinuada.

O Programa Cultura Viva inova, portanto, ao respeitar a autonomia decisória de cada um destes grupos. Afinal, não parte do Estado a decisão de quais atividades serão desempenhadas por cada organização. Cada uma delas apresenta um plano de trabalho específico com o escopo de tudo a ser implementado.

Portanto, tentar dimensionar este impacto ou os resultados propostos pelo Cultura Viva não é tarefa fácil e vários foram os estudos sobre o programa publicados ao longo de sua existência. Seja observando experiências específicas ou mergulhando em particularidades de cada um dos Pontos, inúmeras são as questões levantadas acerca desta ação governamental.

O interesse deste artigo é fazer uma breve reflexão acerca dos dados colhidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), na pesquisa realizada entre os anos de 2007 e 2009. Em uma empreitada de fôlego sobre o Cultura Viva, o Instituto

colheu dados importantes sobre a ação e que possibilitam um importante retrato sobre as dificuldades e acertos obtidos.

Os resultados obtidos foram oriundos de um processo de imersão e, segundo os próprios coordenadores do trabalho, constitui um complexo envolvimento com uma nova realidade de política pública que se apresenta:

Os dados, indicadores e interpretações apresentados abrem espaço para apreciar parte da realidade complexa que constitui e envolve os pontos de cultura, permitindo consolidar hipóteses para a reflexão sobre o desenho e a implementação de políticas públicas e alimentando o debate a respeito dos significados das políticas culturais no Brasil, seus desafios e limites. Isto em um quadro no qual a cultura estabelece profundas e inextrincáveis relações com o desenvolvimento social, a democracia e a proteção e promoção da diversidade cultural. (DA SILVA; ARAÚJO: 2009. P.09)

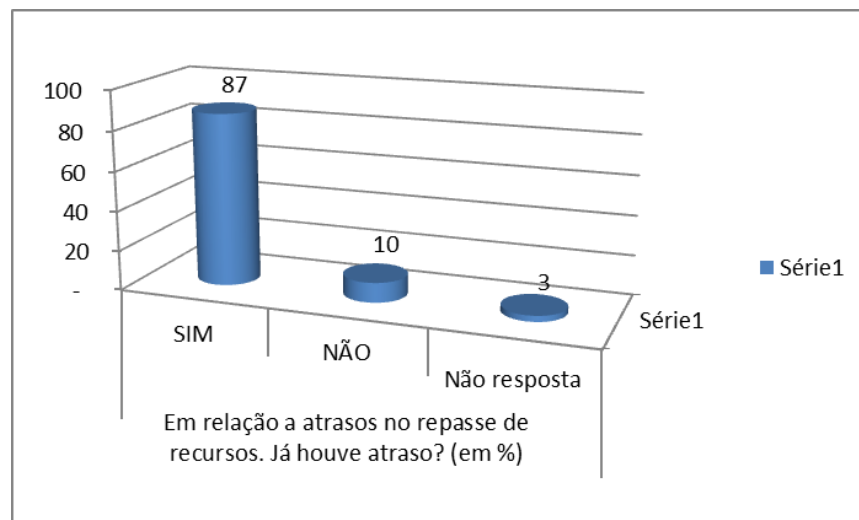
A riqueza do banco de dados revela a enorme possibilidade de análises a serem feitas pelos pesquisadores deste Programa. Desta forma, salienta-se que a construção pretendida por este artigo consiste em um primeiro trabalho exploratório sobre as várias formas de leitura e contextualização dos dados apresentados. Reforça-se que, neste momento, não foi utilizado todo o banco de dados. Foram selecionados os blocos de perguntas que poderiam representar o diálogo entre os conceitos estruturantes e as formas de gestão efetuadas pelos partícipes e o Estado.

Desta forma, a construção de análise aqui pretendida é um esforço para tentar perceber a presença do fomento à autonomia, ao protagonismo, ao empoderamento e à gestão em rede por meio da percepção dos gestores dos Pontos acerca de inúmeros elementos (papel a ser desempenhado pelo Ministério da Cultura, forma de gestão de cada uma das entidades envolvidas, conhecimento sobre outras políticas efetuadas, entre outras coisas).

Lembra-se que nenhuma das perguntas buscou avaliar estes conceitos de forma explícita. No entanto, por meio da análise dos critérios levantados é possível ponderar em que medida as ações propostas ou as percepções dos partícipes refletem características dos conceitos tratados.

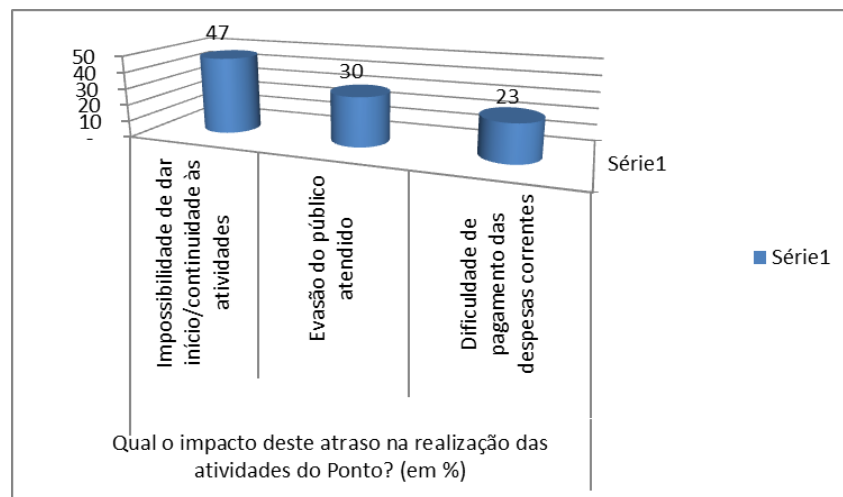
Exemplo disto é quando se busca refletir sobre o potencial de autonomia que os gestores e os partícipes dos Pontos de Cultura apresentam em relação às ações

desempenhadas. De acordo com o discurso dos gestores no momento da formulação conceitual, o Programa Cultura Viva seria parte de um processo político que reforça o potencial da sociedade civil como matriz decisória dos rumos das atividades desenvolvidas, longe de uma maior influência ou dirigismo estatal. No entanto, ao se colocar em análise os dados apresentados abaixo, pondera-se qual tipo de autonomia é almejada pelo Programa Cultura Viva. Afinal, percebe-se que em 87 % dos casos, o Ministério da Cultura atrasou o repasse de verbas destinadas a aplicação/efetivação das ações a serem desempenhadas pelos Pontos.



Elaboração da autora com base nos dados da pesquisa.

Como resultado destes atrasos, as associações que comportam os Pontos de Cultura acabam tendo percalços para realizar as atividades. Afinal, conforme ilustra o gráfico apresentado, tais processos desencadeiam a impossibilidade de continuar as tarefas e a evasão do público atendido pela entidade.

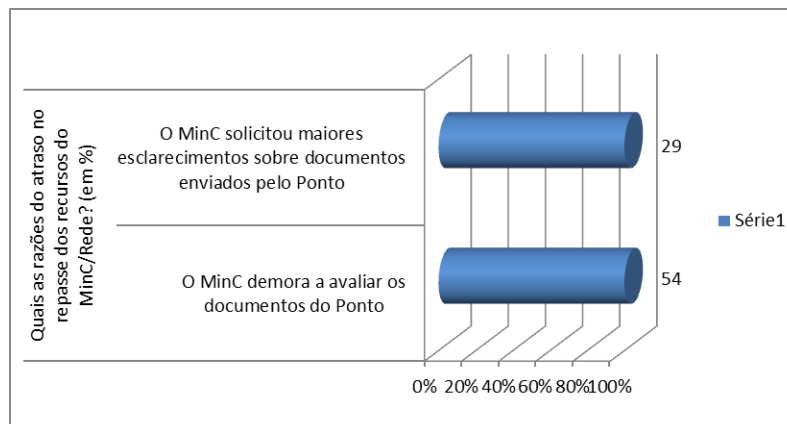


Elaboração da autora com base nos dados da pesquisa.

O que nos coloca diante de uma indagação sobre que conceito de autonomia o Programa procura se basear? Será que somente a autonomia decisória (o poder de decidir onde aplicar os recursos) possibilitará o real desenvolvimento de novas redes de intercâmbio e fomentar outros micro circuitos de produção cultural?

Nestes casos, entende-se que é complexo tratar de autonomia longe da esfera econômica. Afinal, no momento em que as atividades a serem desempenhadas dependem estruturalmente do recurso a ser disponibilizado pelo Ministério da Cultura, fica difícil pensar na construção de uma relação que coloque Estado e sociedade civil em igual poder de decisão. No momento em que o público atendido se distancia da entidade em função de atrasos e incertezas das atividades, perde-se a rede de confiança estabelecida entre a organização e o seu entorno. O que coloca as organizações em uma posição frágil perante os cidadãos que frequentam os Pontos de Cultura.

Neste caso, os gestores devem estar atentos para as causas destes atrasos que proporcionam um efeito catastrófico no trabalho desenvolvido. Segundo os dados da pesquisa, em 54% dos casos tal atraso é oriundo da demora do Ministério em avaliar as atividades desempenhadas e liberar os recursos seguintes. Conforme ilustra o gráfico abaixo:



Elaboração da autora com base nos dados da pesquisa.

Fator que coloca nas mãos da pasta ministerial a responsabilidade pelos prejuízos causados, além de denotar que a burocracia do ministério não tem conseguido acompanhar as demandas exigidas pelo Programa. Vários podem ser os fatores que ocasionam estes problemas na gestão feita pelo ministério. No entanto, os dados obtidos não conseguem delinear estas causas. Tal fato também foi observado no relatório apresentado pelo IPEA:

Na verdade, constatou-se que o Estado brasileiro ainda não dispõe de instrumentos adequados para suportar, de maneira efetiva, políticas com

o desenho e a forma de execução do “Programa Arte Cultura e Cidadania – Cultura Viva”, e que, portanto, faz-se necessário capacitá-lo, dotando-o de instrumentos jurídicos e de gestão adequados para que possa continuar a perseguir, de modo sempre mais eficaz, os objetivos da cidadania cultural. (DASILVA; ARAÚJO: 2009. P. 07)

No entanto, para além de uma análise das causas, trabalho que deve ser efetuado pelos gestores da política pública, os percalços apresentados na gestão do Programa abrem uma nova agenda de necessidades para o campo da cultura. Afinal, observa-se que a estrutura institucional vigente não tem dado conta das necessidades apresentadas pela gestão do Programa Cultura Viva. Percebe-se que é cada vez mais necessária a busca por mudanças em marcos legais e no aparato burocrático existente, pois a estrutura atual não condiz com a realidade dos fazeres culturais.

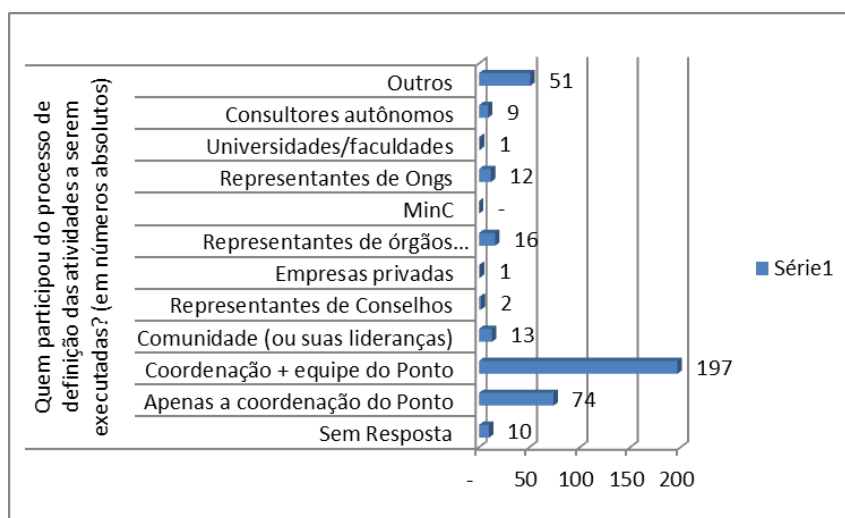
Desta forma, entende-se que analisar a potencialidade de uma autonomia decisória por parte dos Pontos de Cultura não é suficiente e denota uma percepção romântica acerca da ação governamental. Pensar em autonomia quando as organizações mostram-se tão dependentes do recurso estatal e reféns dos percalços de gestão pode ser uma visão que não dá conta da complexidade da relação existente entre Estado e sociedade e não satisfaz o potencial a ser alcançado por esta política pública.

Neste ponto, com o intuito de garantir uma real autonomia de ação e um poder de pressão acerca das decisões a serem tomadas, bem como estabelecer um papel de fiscalizador das atitudes a serem tomadas pelo Estado, é necessário que se problematize o protagonismo exercido na gestão das ações. Afinal, de acordo com a construção teórica dos gestores o protagonismo é vetor propulsor para a garantia da autonomia por meio do empoderamento dos canais decisórios e da construção de um discurso coletivo através da gestão em rede; ou seja, cada um dos conceitos não pode ser entendido separado do outro. Contudo, para além de uma percepção do propósito teórico, o desafio dos partícipes da ação é exercer este protagonismo, abandonar a postura que percebe no Estado uma espécie de balcão onde são conseguidos recursos para a efetivação das ações.

Se a lógica existente não tem dado conta da complexidade do Programa e suas inúmeras ações e demandas, é importante que estes Pontos de Cultura, por meio de seus canais de representação e da movimentação política, pressionem o Ministério da Cultura para que mudanças sejam feitas. Não é possível entender uma ação que visa o

estabelecimento de uma nova relação entre governo e sociedade se não há tensionamento entre ambos quando divergências de posturas e interesses aparecem.

O que novamente coloca em questão o protagonismo exercido pelos partícipes. Tanto no que tange às questões macro da política pública, nesta necessidade de adoção de uma postura crítica em relação à postura governamental, mas também visualiza-se em que medida este ideal de protagonismo social está presente no cotidiano decisório de cada um dos Pontos de Cultura. Neste cenário, os dados do IPEA retratam que este viés democrático pode não ser tão latente na gestão dos Pontos de Cultura. Pelo menos no momento em que o Instituto foi a campo.



Elaboração da autora com base nos dados da pesquisa.

Conforme ilustra o gráfico apresentado acima, o poder decisório sobre quais as atividades devem ser desempenhadas pelos Pontos está concentrado nas mãos dos gestores ou de uma pequena equipe em mais da metade dos Pontos entrevistados. Afinal, como é possível perceber em 271 dos 386 Pontos de Cultura visitados, ou seja, em pouco mais de 70% do total, o poder de delinear quais atividades serão executadas está concentrado em poucas pessoas.

Tal atitude coloca em posição desconfortável o ideal de protagonismo proposto pelos gestores. Afinal, se o ideário do programa é calcado em um respeito à autonomia por conta do fomento ao protagonismo, percebe-se um descompasso na medida em que os dados ilustram que não há um sistema de auscultação de que cada localidade anseia.

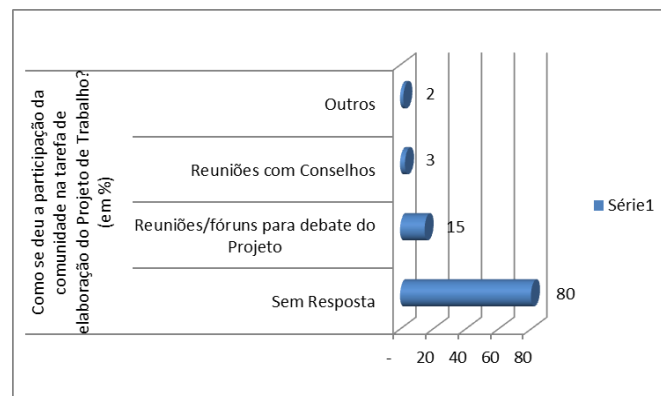
A gestão das entidades se encarrega de escolher quais atividades, como serão executadas e em que período. Por meio do encaminhamento de proposta específica ao Ministério da Cultura, definem-se quais os perfis a serem contemplados por cada uma das entidades e as atividades a serem realizadas. Tal postura não favorece dinâmicas e vocações de cada localidade e pode enfraquecer o protagonismo decisório dos indivíduos envolvidos.

Entende-se que a gestão administrativa da entidade deve ser feita por um grupo específico, o que pode contribuir para uma melhor organização da mesma. No entanto, o

processo de escolha dos rumos a serem tomados pode ser partilhado com outros indivíduos. Caso contrário, os Pontos de Cultura podem se transformar em simples estruturas de replicação de oficinas artísticas, dos mais variados tipos.

Acredita-se que não é esta a proposta da política no momento de sua elaboração, pois se o objetivo fora contribuir para quebrar a relação paternalista entre Estado e sociedade por meio do respeito às identidades e autonomia local, o fato das decisões estarem restritas a um pequeno grupo divergem deste objetivo.

Portanto, este ideário de participação social direta e espontânea ainda é um processo em maturação e não é tão visível quanto se almejava. Da mesma forma, é preciso estar atento para as particularidades existentes neste processo de incentivo à participação dos sujeitos na decisão. O que se percebe pela análise dos dados é que este ideário de fomento a participação democrática não é plenamente implementado pelos Pontos, ficando restrito a uma pequena parcela. Novamente recorrendo aos dados levantados pelo IPEA:



Tais dados contribuem para o questionamento da visão amplamente partilhada no campo das políticas culturais, sobre a valorização da participação civil e o abandono de uma estrutura dirigista por parte do Estado. Percebe-se que a sociedade brasileira ainda passa por um processo de adaptação a esta nova cultura política que fornece a grupos sociais maior poder de agendamento e pressão.

A gestão do Programa Cultura Viva precisa estar atenta a estes particularismos. Afinal, não é possível entender a sociedade brasileira de forma homogênea e baseada nos mesmos princípios. Esta estrutura de fragilidade da sociedade civil frente ao Estado denota o quanto a estrutura política brasileira ainda busca amadurecer para possibilitar uma ampla participação social nos processos decisórios.

Neste sentido, é conveniente ressaltar que o apontamento das lacunas existentes entre discurso da ação e efetividade constatada na pesquisa não buscam simplesmente demonstrar problemas na ação governamental. É necessário ressaltar que a valorização e assimilação destes conceitos que compõem a política pública não serão feitos de forma rápida e homogênea. Tão pouco serão frutos do simples incentivo e vontade política desta ou daquela pasta. Tais processos precisam ser apropriados e replicados por todos os participantes da política pública.

O protagonismo de determinado grupo não pode ser compreendido como um processo concedido pelo Estado. Acredita-se que este possui papel fundamental no momento em que abre o espaço a ser apropriado. Contudo, é um percurso a ser trilhado pela sociedade civil, uma mudança de pensamento que valoriza a participação no jogo político como ferramenta essencial para o exercício da cidadania.

Não basta defender autonomia de escolha do que fazer, mas também como, quando e de que maneira são vetores importantes. Esta mudança de imaginário proposta pelo Programa Cultura Viva, mais do que a construção identitária de um grupo, a troca de fazeres culturais distintos, deve ser compreendida como a proposta de mudança na mentalidade política e este procedimento não pode ser compreendido por uma única via.

Cada vez mais os sujeitos envolvidos no processo precisam empoderar-se dos canais existentes para estabelecer novas formas de protagonismo e fomentar uma real autonomia decisória. Isto posto, em se tratando de uma política pública na área da cultura, entende-se que um mecanismo de “análise” do potencial de empoderamento existente entre os partícipes pode ser o conhecimento/atuação em políticas regulatórias e de planejamento da área. Um mecanismo que possibilitaria que estes partícipes pressionassem o estado pelas transformações almejadas.

Desta forma, a análise dos dados da pesquisa permite fazer uma breve reflexão sobre isto. Por meio da medição do grau de conhecimento do Sistema Nacional de Cultura é interessante perceber em que medida os integrantes dos Pontos de Cultura possuem uma visão sistêmica sobre as políticas culturais brasileiras.

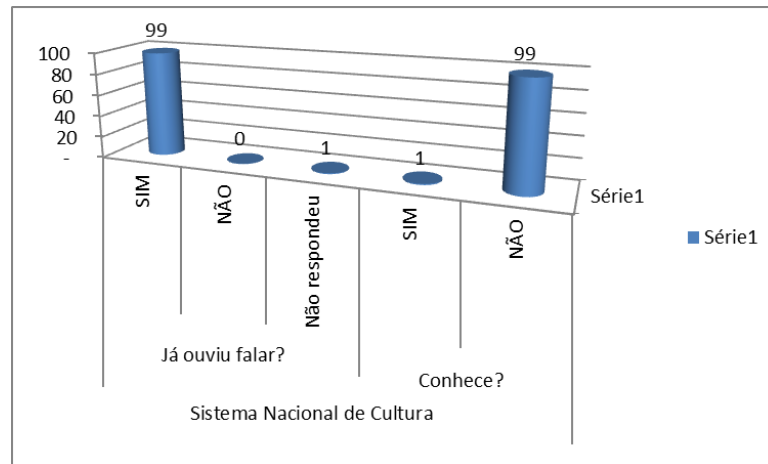
Neste momento, é importante fazer um breve parêntese para o entendimento do que representa o Sistema Nacional de Cultura – SNC. Como uma breve analogia, o Sistema Nacional de Cultura possui uma estrutura de articulação e gestão semelhante ao Sistema Único de Saúde – SUS. Trata-se de um processo de articulação e definição de papéis a serem desempenhados na gestão da cultura por todos os entes federados.

O SNC é uma forma de planejamento sistêmico entre os entes governamentais que compõem a federação brasileira de forma a não “desperdiçar” recursos em ações similares e possibilitar o melhor aproveitamento das ações efetuadas. Da mesma forma, é uma ferramenta que visa fomentar a participação popular na orientação de demandas e na participação da formulação e do controle das ações.

Por conta disto, o SNC transforma-se em um importante espaço de luta política e defesa de interesses de diversos grupos. Nele será possível orientar as ações a serem desempenhadas pelo Estado. Portanto, para os partícipes do Programa Cultura Viva é um canal relevante para que as necessárias transformações institucionais aconteçam. Empoderar-se deste canal pode ser um fator importante para a luta por melhorias na gestão do próprio Programa.

Para tanto, utilizam-se os números do IPEA que retratam o nível de conhecimento dos gestores dos Pontos acerca deste SNC. O mais impressionante nestes números é que 99% dos entrevistados admitem que ainda que já tivessem ouvido falar do Sistema Nacional de Cultura, não conhecem os particularismos desta ação.

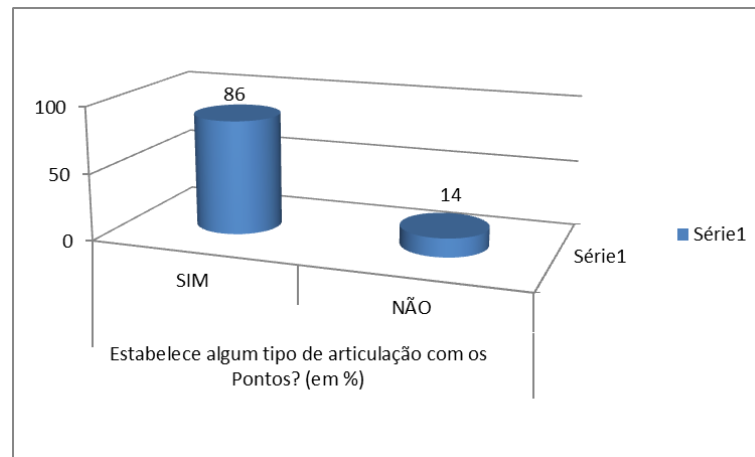
Logicamente, o uso destes dados para falar em empoderamento visa colocar em questão como os partícipes do Programa percebem um dos canais existentes. Utilizando o nível de conhecimento acerca do SNC é possível refletir sobre o caminho a ser percorrido quando se trata de empoderamento.



Elaboração da autora com base nos dados da pesquisa.

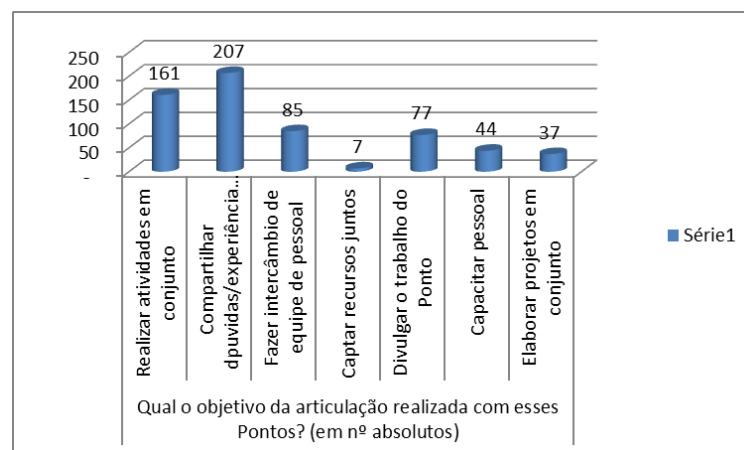
Os dados acima, além de demonstrarem o baixo conhecimento dos Pontos acerca deste importante canal também apontam a falha do Ministério da Cultura em publicizar uma ação que tem como vetor primordial a participação popular dentro da gestão. Mesmo que estes dados sejam um retrato do universo restrito dos Pontos de Cultura, é necessário dedicar especial atenção quando um índice tão alto de entrevistados desconhece a ação proposta pelo governo.

Em outra esfera, quando se trata do potencial de empoderamento a ser trilhado pelos partícipes, entende-se que a percepção deste potencial de mobilização e pressão também deve ser compreendida pelo relacionamento de rede criada pela política pública, ou seja, a capacidade de empoderar-se pode ser potencializada pelo grupo. Desta forma, discutir sobre o nível de interação desta rede é preponderante para a reflexão da ação. Contudo, salienta-se a dificuldade de extrair dos dados colhidos na pesquisa elementos que pudessem auxiliar o entendimento desta relação criada entre os Pontos. Por conta disto, ainda que preliminarmente, esta pesquisa analisou apenas as perguntas que buscavam investigar se existe algum tipo de relacionamento em rede entre os Pontos. Retrato apresentado pelos dados abaixo:



Elaboração da autora com base nos dados da pesquisa.

Conforme é percebido pelo gráfico, a maioria dos Pontos de Cultura entende que existe algum tipo de articulação entre os partícipes. O que é um fator positivo, pois na maioria dos casos, este relacionamento tem o propósito de compartilhar experiências e dúvidas vividas pelos Pontos.



Elaboração da autora com base nos dados da pesquisa.

Em suma, os resultados colhidos pela análise dos dados refletem um relativo distanciamento entre os objetivos traçados pela ação governamental e os resultados obtidos na prática. Os apontamentos delineados até este momento ressaltam algo que é bastante coerente: quase todas as políticas públicas possuem falhas. Ainda mais quando se trata de uma ação governamental que tem como propósito a interação com nichos populacionais muito distintos e com muitas particularidades.

No entanto, o que chama mais atenção no estudo acerca do Programa Cultura Viva é o potencial destes atores sociais envolvidos em pressionar o Estado para que mudanças e correções sejam feitas. Afinal, o avanço proporcionado pelo Programa no imaginário das pessoas, o sentimento de pertencimento, a mobilização em função de um fazer específico também devem ser percebidos na prática cotidiana.

A análise dos dados da pesquisa do IPEA salientou que ainda existem lacunas entre o ideário proferido no discurso e a prática política propriamente dita. Discutir sobre o potencial de autonomia em organizações tão dependentes dos recursos governamentais, ou analisar protagonismo quanto o processo de decisão de atividades dos grupos artísticos fica restrito a uma parcela mínima de gestores é ainda prematuro. Da mesma forma, ainda não é possível perceber uma “nova cultura política” se os canais de embate ideológico são pouco conhecidos e se a gestão em rede estabelecida é centrada na troca de experiências estéticas e ainda há baixa articulação política entre os partícipes da gestão.

Salienta-se que o Programa Cultura Viva inovou sim na forma de incorporação da sociedade civil. No entanto, ainda é prematuro defender a idéia de que existe uma efetiva gestão compartilhada entre governo e sociedade. Logicamente, os textos comunicativos construídos nesta interação entre Estado e sociedade são importantes para a percepção identitária do grupo e contribuem para solidificar uma cultura política horizontalizada e centrada no poder de mobilização de pequenos grupos. Tal cenário denota o amadurecimento das políticas culturais brasileiras, pois anseia contribuir para um novo arranjo social e a problematização do papel do Estado no campo das políticas públicas.

Contudo, ainda é longo o caminho a ser trilhado, ainda há muito a ser transformado, tanto no que diz respeito ao aparato institucional existente: as leis que regulam o campo das políticas culturais, o papel desenvolvido pelo Ministério da Cultura e as secretarias estaduais e municipais da área, etc. Da mesma forma, não se pode ansiar por transformações de postura na sociedade somente em função de uma política pública que valoriza tais conceitos.

Acredita-se que o Programa Cultura Viva adota um discurso muito propagado na esfera pública internacional, mas ainda sofre com aspectos existentes na realidade social local. Há ainda um entendimento do Estado como provedor, ou uma simplificação do potencial do fazer cultural. O que denota que a articulação de idéias contemporâneas sobre políticas culturais ainda precisam ser absorvidas de forma específica pela sociedade brasileira.

Este diálogo “glo-cal” é muito salutar, pois coloca o estado brasileiro em consonância com temáticas que vem sendo discutidas por inúmeros fatores. Contudo, este processo de diálogo e transformação da cultura política nacional é lento e não necessariamente seguirá o mesmo caminho percorrido por outros países.

Acredita-se, portanto, que a discussão trilhada até aqui denota que o campo das políticas culturais brasileiras ainda está em processo de redefinição e formulação de novos modelos e o Programa Cultura Viva dialoga com estas contradições.

Ressalta-se também que a análise dos dados construída ao longo deste trabalho trata-se de uma interpretação sobre as informações. A pesquisa efetuada pelo IPEA não objetivou refletir sobre os conceitos básicos do Programa. Contudo, entende-se que é preciso refletir em que medida os dados que ilustram o nível de execução do mesmo também podem ser fonte de observação do imaginário que vem sendo construído pela política pública.

### **Bibliografia:**

BOLÁN, Eduardo Nivón. **La política cultural. Temas, problemas y oportunidades.** Cidade do México: Conselho Nacional para a Cultura e as Artes, 2006.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da Cultura e Políticas Públicas. In: **São Paulo em Perspectiva - Cultura, Vida e Política.** - Revista da Fundação SEADE - Vol.15 - nº 2 - Abril-junho 2001.

CALABRE, Lia. **Políticas Culturais diálogo indispensável.** Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.

DA SILVA, Frederico A. Barbosa; ARAÚJO, Herton Ellery. **Cultura Viva: avaliação do programa arte educação e cidadania.** Brasília: IPEA, 2010.

DOUNIS, Valéria Viana Labrea Sumaya Dounis; RANGEL, Antonia Maria do Carmo Rangel. **Programa Cultura Viva: Análises e Observações.** Brasília: Ministério da Cultura, 2009.

LIMA, Deborah Rebello. **De Ponto a Ponto: o desafio da construção, implementação e apropriação de uma política pública e seu relacionamento com o lugar.** Trabalho de final de curso de graduação em Produção Cultural. Niterói: UFF, 2009. Orientador: Luiz Augusto Fernandes Rodrigues

\_\_\_\_\_. **Programa Cultura Viva: Novos desenhos de políticas culturais na contemporaneidade.** Monografia (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação – ECO, 2010. Orientador: Renzo Romanno Taddei

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Portaria Ministerial de Criação do Programa Cultura Viva.** Brasília: MINC. 2004. Texto original disponível em:

[www.cultura.gov.br/site/wp-content/.../portaria-156-de-2004.pdf](http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/.../portaria-156-de-2004.pdf). Acesso em: 01/03/2011.

RUBIM, Albino. **Políticas Culturais e novos desafios**. Rio de Janeiro: Revista Matrizes. Ano 2, nº 2. 2009

TURINO, Célio. **Ponto de Cultura: O Brasil de baixo para cima**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

## EDUCAÇÃO E PRODUÇÃO COLABORATIVA NOS PONTOS DE CULTURA - UM OLHAR SOBRE O CULTURA VIVA

Luana Vilutis10

**Resumo:** Este trabalho aponta para algumas análises sobre a prática dos Pontos de Cultura pesquisados na segunda etapa da avaliação do programa Cultura Viva realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. O foco de abordagem está voltado às ações culturais dos Pontos de Cultura e suas contribuições em termos de sua conjunção com a educação e o trabalho colaborativo.

**Palavras-chave:** Pontos de Cultura; diversidade cultural; educação; ação cultural; redes.

### Introdução

Apresentaremos aqui algumas reflexões que integram a segunda etapa da pesquisa avaliativa do Programa Arte Cultura e Cidadania, realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, entre os meses de agosto de 2010 e abril de 2011. Abordaremos uma parte específica dessa avaliação, focada no trabalho de campo junto a Pontos de Cultura das regiões sudeste, nordeste, sul e centro-oeste<sup>11</sup>. O recorte que orientará nossa análise está voltado às ações educativas e às práticas de trabalho colaborativo em rede realizadas pelos Pontos de Cultura. Por estar a pesquisa ainda em andamento, estas reflexões não possuem caráter conclusivo e, por serem baseadas em experiências específicas e concretas observadas no trabalho de campo, tampouco acreditamos ser possível fazer generalizações a partir delas.

Avaliar ações públicas na área de cultura oferece diversos desafios, desde abordar conceitualmente a política cultural, até apreender sua prática, dinâmica e representações. Esta pesquisa buscou extrapolar a avaliação da dimensão operacional da gestão, para alcançar a descrição das práticas e seguir as pistas das formas organizacionais dos Pontos de Cultura. Buscamos apreender como essas práticas constituem parte da organização da sociabilidade, do trabalho, do aprendizado, da articulação em rede, da identidade e dos modos de ser atuais dos Pontos de Cultura.

Conceber essas formas de organização como objeto de política cultural nos faz refletir sobre a maneira em que são incorporadas na agenda pública, como passam a ser

---

10 Doutoranda do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da UFBA e pesquisadora do IPEA. Email: [luanavilutis@gmail.com](mailto:luanavilutis@gmail.com)

11 O trabalho de campo considerado aqui foi realizado pela equipe de pesquisadores composta também por: Analúcia Sulina, Anny Medeiros, Luciana Lima, Paula Ziviani e Raul Simões, a quem agradeço muito pela colaboração e inspiração no tratamento de alguns temas deste artigo.

reconhecidas, valorizadas e promovidas. A reflexão a respeito dessas experiências nos permite apreender alcances e dificuldades do programa Cultura Viva, além de identificar suas recorrências e singularidades.

## **2. Cultura Viva como práxis pedagógica**

O Programa Arte Cultura Cidadania - Cultura Viva insere-se num contexto de formulação da política cultural brasileira fortemente marcado pelo reconhecimento e valorização da diversidade de expressões culturais. O que oferece base e sustentação para essa ação pública de cultura é a compreensão de que a cidadania cultural e o direito à cultura são pressupostos da pluralidade da criação cultural. No Brasil, essa discussão é reforçada pela necessidade de ampliação do direito à cultura; o desafio e o objetivo é fazer com que a cultura constitua de forma central a experiência do sujeito enquanto cidadão para garantir o acesso à cultura de maneira equitativa e em todas as suas dimensões, o que contempla o acesso à criação, fruição, difusão, produção, consumo, participação e também à possibilidade de criação de laços de identidade.

A cidadania cultural ocorre em um contexto de interculturalidade em que os agentes mediadores de cultura assumem papel relevante para o desenvolvimento da ação cultural. Essas mediações são realizadas em diferentes níveis e instâncias do espaço público, seja entre o Estado e a sociedade civil, seja no próprio universo da sociedade civil, entre comunidades e organizações sociais, entre escolas e ONGs, entre universidade e grupos sociais comunitários, etc. Há diversos agentes mediadores dessas relações e acreditamos que os Pontos de Cultura representam um importante sujeito político nessa relação, contribuindo para ampliação e garantia da cidadania cultural.

A partir da pesquisa de campo junto a Pontos e Pontões de Cultura, pudemos identificar que práticas de educação são uma recorrência em todos os Pontos pesquisados. Entretanto, isso não quer dizer que exista uma homogeneidade nessas ações educativas. Assim como é possível encontrar alguns aspectos comuns dentre essas iniciativas, elas são marcadas pelo pluralismo e por uma extensa heterogeneidade metodológica.

A integração de ações educativas e culturais junto a Pontos de Cultura teve origem na diretriz política do programa Cultura Viva que nasceu com o nome de Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania. Em 2004, na ocasião de seu primeiro edital de seleção de Pontos de Cultura, o Cultura Viva orientou a aplicação de, no mínimo, 75% dos recursos recebidos pelos Pontos para a realização de “oficinas de

criação e formação cultural ou investimentos em obras e equipamentos necessários à melhoria da intervenção cultural local” (BRASIL, 2008).

Nos editais seguintes, as ações previstas foram diversificadas, mantendo a formação cultural como uma das possibilidades, dentre outras, como a atuação com culturas populares, grupos étnico-culturais, patrimônio material, audiovisual e radiodifusão, culturas digitais, pensamento e memória, expressões artísticas, e/ou ações transversais. Merece destaque a articulação em rede que se tornou um pressuposto básico da ação de todas as instituições conveniadas como Pontos de Cultura a partir de 2008. Entendemos que a forte característica do Cultura Viva em integrar cultura e educação foi impulsionada pelas condições de seu primeiro edital e por suas ações específicas como Ação Agente Cultura Viva e Ação Griô, mas deve-se hoje fundamentalmente à tendência do trabalho social e cultural dos Pontos de Cultura.

A diversidade de público e de linguagens artísticas é outro critério de seleção de Pontos e Pontões de Cultura, constituindo orientação política do programa Cultura Viva e diretriz do Ministério da Cultura - MinC para a aprovação dos projetos. Consolida-se assim uma das marcas da Rede de Pontos de Cultura, como iniciativas na área cultural que contemplam a diversidade, integrando cultura popular, novas tecnologias, educação, memória, tradição oral, cultura digital, dentre outras. A diversidade cultural tende, assim, a caracterizar as ações de difusão e fruição realizadas pelos Pontos de Cultura, como veremos a seguir.

Não podemos deixar de reconhecer que o contexto da diversidade cultural também é marcado pela desigualdade social que impacta as oportunidades de criação cultural, bem como as possibilidades de acesso à cultura na sociedade brasileira. A pesquisa nos permitiu observar que os Pontos de Cultura também incidem nesse contexto social, buscando transformar as desigualdades expressas no campo da cultura, por meio da ampliação do acesso à cultura via de regra pela organização de atividades educativas que contribuem para revelar tradições existentes nas comunidades e recriar suas manifestações culturais, envolvendo uma diversidade de atores.

Compreendida como prática social e simbólica do processo de criação cultural, a cultura também contempla a divisão de classes sociais, de identidades étnicas, de especificidades históricas e geográficas, o que reforça a necessidade de respeitar a diversidade dos sujeitos envolvidos na prática cultural e suas diferenças. No universo pesquisado, essa preocupação de envolver um público diverso, eclético e heterogêneo mobilizou os Pontos de Cultura a aprofundarem suas interlocuções e diversificarem sua

atuação junto às comunidades locais. No caso das instituições que não desenvolviam ações com esse público, o projeto do Ponto de Cultura os estimulou a passar a realizá-las. Podemos identificar que isso dinamizou circuitos locais integradores da cultura e educação em diversas comunidades, bairros e cidades.

Nesse processo de intervenção social, a construção de relações de confiança e o cumprimento das ações públicas anunciadas pelo Estado e replicadas pelos Pontos de Cultura revela-se fundamental para a legitimação do trabalho. A coerência entre discurso e prática e o cumprimento do cronograma definido com os participantes das atividades educativas é tão importante na relação do Ponto de Cultura com a comunidade quanto o é na sua relação com o Estado. Contudo, a pesquisa permitiu identificar que atrasos no repasse de recursos por parte do Ministério da Cultura e falta de informações sobre pagamento de auxílios-financeiros provocam interrupção das ações e muitas vezes rompem a sinergia criada para que a ação local aconteça, prejudicando as relações de confiança do Ponto de Cultura com a comunidade e fazendo que as ações do Ponto caiam em descrédito.

A incorporação da diversidade cultural não ocorre apenas na definição do público participante das atividades de formação, mas também nos conteúdos e orientações que são vivenciados nessas atividades, voltados muitas vezes à afirmação da identidade. O reconhecimento da diferença reafirma expressões culturais identitárias e estimulam a convivência, o respeito e a valorização da diversidade.

No que diz respeito à difusão cultural, identificamos que a ampliação do acesso às diferentes expressões culturais brasileiras representa outra recorrência dentre os Pontos de Cultura pesquisados. A difusão do artesanato brasileiro de tradição como expressão da diversidade cultural brasileira constitui objetivo de um dos Pontos de Cultura pesquisados em São Paulo. O seu projeto de articulação de uma rede temática de artesanato de tradição reuniu Pontos de Cultura que trabalham com artesanato e outras associações e cooperativas também produtoras de artesanato em 4 regiões do país. Além de estimular a troca entre os Pontos de Cultura, a mobilização dessa rede estimulou novas associações a participarem de editais estaduais, sendo selecionada como Pontos de Cultura.

Esse tipo de iniciativa fomenta um circuito específico de produção e trabalho colaborativo, circulação de produtos, troca de metodologias e tecnologias entre Pontos de Cultura, constituindo redes temáticas, setorializadas e localizadas geograficamente. Redes de produção colaborativa como essa mobilizam cadeias produtivas, provocam

interações estéticas, estimulam o desenvolvimento tecnológico da produção dos Pontos de Cultura e constituem uma práxis da economia solidária que alia formação, produção e consumo a partir de uma lógica solidária e colaborativa. Isso representa hoje um desafio para o Cultura Viva que não possui ainda ações específicas de fomento a circuitos de criação, produção, circulação e difusão da cultura e da economia solidária dentre os Pontos de Cultura.

Vemos a partir de experiências como essa que a intersectorialidade também é praticada por Pontos de Cultura em diálogo com a diversidade cultural. Outro Pontos de Cultura pesquisado em São Paulo realiza essa conexão por intermédio de um projeto de comunicação participativo e multimídia, articulando o audiovisual, a música e outras expressões artísticas entre si e destas com projetos sociais na área da saúde, educação, cultura digital e economia solidária. O processo cultural mobilizado por esse Ponto é vivido por artistas e agentes culturais que, além das formações realizadas, sistematizam informações e conhecimentos utilizando as ferramentas digitais, como internet, redes sociais e softwares livres difundindo seu saberes, práticas e tecnologia social para outros Pontos no Brasil.

A atuação local desse Ponto de Cultura também revela, por sua vez, a importância da ação educativa intersectorial contemplar os modos de vida e estar situada no território, respeitando o tempo da comunidade, seus desejos e expressões. A construção do equilíbrio entre essas demandas e as condições existentes de execução de projetos locais regulam as possibilidades de construção de relações simétricas entre os sujeitos envolvidos

O caráter dialógico das ações educativas representa uma recorrência dentre as iniciativas de formação dos Pontos de Cultura pesquisados. O diálogo que considera o educando como sujeito ativo da prática pedagógica é o princípio metodológico que faz com que os conteúdos das oficinas sejam construídos com a participação dos educandos. Se por um lado a perspectiva dialógica da educação reconhece a autonomia dos sujeitos e sua capacidade de autoformação, ela implica em novos esforços de gestão e planejamento da ação pedagógica.

A gestão pedagógica compartilhada das ações culturais faz com que os educandos também contribuam nas linguagens e recursos utilizados nos cursos e oficinas. A linguagem imagética, audiovisual, musical, corporal e da tradição oral estão presentes em todas as experiências pesquisadas, elas constituem sua representação

simbólica, expressão diversa do conhecimento dos Pontos de Cultura, e revelam o caráter performático de sua prática social.

A importância do corpo como espaço de expressão subjetiva da história e como estrutura experiencial vivida esteve presente nas ações culturais de diversos Pontos de Cultura pesquisados. Identificamos que a corporeidade oferece muitas contribuições à aprendizagem e ao desenvolvimento de novos conhecimentos conectados à memória e sua recriação. Esses Pontos de Cultura realizam uma prática educacional integrada e integradora dos sentidos, reconhecendo na intersecção entre cultura e educação a possibilidade de novos aprendizados.

Uma experiência bastante representativa dessa integração entre vivência afetiva, diálogo ritualizado e envolvimento comunitário no Cultura Viva é a pedagogia griô. Essa iniciativa vincula tradição oral e cidadania por meio de uma proposta pedagógica que proporciona a vinculação da cultura tradicional a um processo educacional com foco no fortalecimento da identidade cultural, na celebração da vida e na constituição de redes de transmissão oral. A vivência dessa pedagogia ocorre por meio de oficinas de grãos de luz e griô, do diálogo com escolas, das rodas de contação de história, da integração com as famílias e da socialização com a comunidade.

A experiência de troca e interação entre os Griôs e Mestres mobiliza uma rede dinâmica de comunicação e vivência ritualizada, por meio da qual o Griô aprende, ensina e troca cantigas, histórias, músicas e danças junto às crianças, jovens, adolescentes, envolvendo as famílias, escolas e comunidades. A Ação Griô Nacional do programa Cultura Viva difundiu essa pedagogia junto a diversos Pontos de Cultura, abrindo a participação de comunidades, universidades, escolas e associações, o que expandiu, inclusive, a fronteira do Cultura Viva.

Dentre os dez princípios e práticas da pedagogia griô, sistematizados pela sua criadora, Líllian Pacheco (2006), está o desenvolvimento da memória em suas diferentes dimensões – afetiva, cognitiva e corporal –, a importância dos rituais na educação e a convivência intergeracional para o desenvolvimento da consciência ética. Tendo como foco o conhecimento total da vida, a pedagogia griô propõe a interação da brincadeira (e da festa), da arte, da ciência, do mito e da religiosidade, valorizando a história de vida como fonte desse conhecimento total. O saber e a palavra compõem um patrimônio cultural público e coletivo com papel estratégico no processo de transmissão oral, por serem saberes livremente compartilhados e transmitidos.

A pesquisa de campo contemplou Pontos de Cultura que trabalham com a pedagogia grão, em que a vivência prática de ensino e aprendizagem na perspectiva integradora de linguagens esteve muito presente. Inspirados nas trocas de saberes e conhecimentos entre os mestres e aprendizes, que revelam como o educando também aprende ao ensinar, mencionaremos a experiência de um Ponto de Cultura do Ceará. Para fomentar o fortalecimento e o registro das manifestações populares de cultura local, o Ponto propôs oficinas de cultura popular (voltadas ao bumba-meu-boi, maracatu, reisado, dentre outras) e oficinas de audiovisual junto aos estudantes da rede pública de ensino para aprimorar as técnicas de filmagem. Com turmas específicas para cada oficina, o Ponto de Cultura realizou intercâmbios entre as turmas, consagrando um processo em que os alunos das oficinas de cultura popular interagiram e ensinaram os conteúdos aprendidos aos estudantes da oficina de audiovisual e vice-versa.

Assim como interdisciplinariedade e a transdisciplinariedade são recursos recorrentes nas práticas de ensino e aprendizagem dos Pontos de Cultura pesquisados, a intergeracionalidade também ocorre. O diálogo intergeracional e intercultural identificado envolve crianças, adolescentes e jovens nas mesmas turmas. Isso muitas vezes requer ao educador um acompanhamento pontual e específico dos integrantes da turma, mas as narrativas apontam para uma leitura da heterogeneidade das turmas como um elemento que dinamiza a integração dos participantes, estimulando a troca de saberes entre eles, gerando a interculturalidade.

A promoção da interculturalidade inverte e transforma a lógica de imposição de um conteúdo e de um saber, que contém dominação, pelo diálogo e pluralismo como valores essenciais para o exercício da cidadania e da aprendizagem. Vemos com isso a ressignificação das relações de poder antes existentes em contextos solidários e colaborativos.

Há, entretanto, um risco a ser apontado em experiências de formação que envolvem manifestações culturais e expressões artísticas. Muitas narrativas dos Pontos de Cultura pesquisados apresentaram uma dicotomia entre teoria e prática, principalmente em cursos ou oficinas que requerem vivências ou um aprendizado técnico. Sabemos que o conhecimento e o aprendizado ocorrem na práxis que, por sua vez, une teoria e prática numa relação dinâmica de retroalimentação. Dificilmente a apreensão de uma experimentação ocorre separada de sua relação conceitual ou teórica; o sentido da vivência se dá justamente ao unir teoria e prática. Essa divisão constrói a fragmentação do saber e do conhecimento, corre o risco de criar dissociação entre as

técnicas e as vivências, entre o cognitivo e o sensível, entre a cidadania, concebida como o campo social, e as linguagens, os saberes, as artes, as expressões. Isso justifica a importância em se garantir maior integração entre essas dimensões dos saberes.

Uma das formas em que essa diferenciação entre teoria e prática aparece nas narrativas ocorre em termos da carga horária, quando os projetos separam momentos de aprendizado técnico do teórico. A carga horária, quando muito extensa, favorece a evasão e esta aparece de forma recorrente nas experiências dos Pontos de Cultura pesquisados. A necessidade que o jovem tem de trabalhar é uma das justificativas mais recorrentes para sua deserção nos cursos. Uma alternativa, nesse caso, seria propor uma formação que alternasse períodos com o seu tempo de trabalho e estimulasse o processo de aprendizagem a partir da sua própria realidade de jovem trabalhador.

Além da busca por trabalho por parte dos jovens, pudemos identificar dentre as experiências pesquisadas no Ceará uma situação em que o foco das atividades formativas voltado à cultura afro-brasileira desmotivou famílias a inscreverem seus filhos nas oficinas. Embora os filhos tivessem interesse e, inclusive, tivessem feito sua inscrição, os preconceitos dentro da própria família dificultaram sua permanência na atividade, segundo avaliação do próprio Ponto de Cultura que identificou que as oficinas de percussão, construção de tambores e dança afro foram associadas pejorativamente ao candombé e à macumba por parte desses familiares. Experiências como essa revelam outro aspecto recorrente que se manifesta de diferentes maneiras nas práticas dos Pontos que é a necessidade de que a ação cultural realizada também incorpore a dimensão ampla da comunidade, envolva a família, além do jovem.

### **3. Ação cultural e articulação em rede**

A concepção de ação cultural aproxima-se da visão que trabalhamos nesta pesquisa ao trazer a preocupação com o acesso e a fruição cultural; com os sujeitos políticos envolvidos na prática cultural e com os laços de identidade comunitária construídos nessa relação. A ação cultural volta-se também ao desenvolvimento de metodologias de formação para garantir a apreensão do sentido da arte e da cultura em sua natureza mais específica e potencializar as possibilidades de experimentação, troca, criação e expressão cultural.

A intencionalidade da ação cultural, ao conectar as pessoas aos bens e serviços culturais, se assenta na perspectiva de que, a partir desse contato, as pessoas possam participar do universo cultural, compreender os procedimentos da expressão cultural, criar o hábito de sua fruição, compartilhar objetivos comuns e se expressar

de forma autônoma. O agente cultural participa desse processo e o integra, sendo parte da ação cultural e um de seus principais articuladores.

O Programa Cultura Viva pode ser concebido como fomentador da ação cultural dentro da perspectiva que tem definido seus princípios mobilizadores, mas o seu alcance e finalidade ocorrem a partir de um processo que envolve diversos atores e agentes culturais em interação entre si e com a sociedade. A ação cultural é, assim, uma ação social, ela é gerada na sociedade e deve ser compreendida em relação a outros aspectos da realidade sociocultural, como a dimensão política e econômica.

Ao considerarmos o Cultura Viva como impulsionador de ações culturais, os Pontos de Cultura representam seus principais agentes e realizadores. O agente cultural aqui não é compreendido apenas no âmbito da difusão cultural, como o sujeito que faz a ponte entre a produção cultural e seu possível público, ou enquanto captador de recursos, mas como sujeito ativo e crítico que dinamiza processo de fruição cultural e de formação. A conectividade realizada pelo agente cultural é imprescindível para a ação cultural, envolvendo a articulação em rede, o estímulo à autoformação de grupos e a mediação entre as diferentes instituições existentes no espaço público de incidência da ação cultural.

Essa relação envolve tensões e conflitos, gera rupturas e enfrenta limites. No caso do Programa Cultura Viva, a principal limitação diz respeito à estrutura do Estado em corresponder às necessidades das organizações culturais da sociedade civil em sua diversidade. Outra dificuldade diz respeito à gestão das próprias organizações da sociedade civil, que muitas vezes possuem uma estrutura de funcionamento e operação baseada em instrumentos, princípios e processos diferentes das burocracias exigidas na gestão de convênios públicos.

A Rede de Pontos de Cultura, por sua vez, tem sido uma alternativa concreta para trazer à tona esses conflitos e dinamizar sua resolução, para superar as limitações a partir da troca de conhecimentos e cooperação entre os Pontos. A Rede também tem sido um espaço de articulação e mobilização coletiva para o diálogo com o poder público. Isso estimula a inteligência coletiva e contribui para diminuir os impactos das dificuldades de gestão nos novos Pontos, o que por sua vez gera difusão de aprendizados sobre a gestão de convênios públicos por parte das organizações da sociedade civil na área cultural.

A pluralidade do campo da criação cultural revela, por sua vez, a importância e o papel do agente, produtor, criador de cultura como sujeito de sua própria prática, autor

de sua própria narrativa, criador de sua memória e expressão de sua identidade. A atuação do agente cultural ocorre em diferentes contextos e de variadas formas, o que nos oferece alguns elementos para refletir sobre o processo de construção da autonomia da ação cultural dos e nos Pontos de Cultura. É interessante notar como o Ponto acolhe e organiza o agente cultural em sua especificidade e diversidade; acreditamos que esse processo contribui para a atuação dinâmica, criativa, autônoma e integradora de muitos Pontos de Cultura.

Ao falar da diversidade de agentes culturais que orbitam no universo dos Pontos nos referimos aqui a um universo que envolve desde os seus gestores que atuam politicamente na Rede Cultura Viva, aos produtores culturais que garantem as condições para a realização dos projetos. Esse universo integra os agentes culturais que muitas vezes são os educadores do Ponto de Cultura e alcança também os seus beneficiários que difundem as ações dos Pontos nas escolas, nas famílias e nas comunidades.

Ao conceber a ação cultural como processo de organização social dos sujeitos para a criação cultural, situamos o agente cultural como responsável por atuar em toda a sua abrangência, em toda a cadeia produtiva da cultura, o que envolve criação, produção, distribuição e o consumo da cultura. Isso significa reunir as condições necessárias para a ação cultural, garantir a articulação dos atores sociais e estimular a convergência de objetivos comuns para a criação coletiva.

É por meio da ação cultural mobilizada por esses agentes que também podemos visualizar o encontro da cidadania cultural com a estética, da política com a arte, do universo simbólico, existencial e subjetivo com a dimensão social de construção do espaço público da cultura. É nesse encontro que podemos identificar que o exercício da cidadania também passa por garantir a possibilidade de cada pessoa contar sua história de seu modo, criar, ousar, participar do processo criativo e do espaço da cultura de uma maneira inovadora e própria que, muitas vezes, leva à ruptura e inovação.

Vivemos a contradição de uma sociedade cada vez mais homogeneizada em que coexiste a sensação de ampliação das liberdades estéticas individuais. Enquanto a conjuntura global atual é de uniformização e mercantilização das relações sociais e privatização das produções culturais, temos um conjunto cada vez mais difundido de tecnologias disponíveis que favorecem a criação coletiva. A difusão do paradigma da colaboração e da gestão compartilhada de processos produtivos contribui para expandir o espaço da cultura num contexto de reorientação da concentração e disputa de poder.

Situamos o Cultura Viva nessa perspectiva de ampliação do espaço público da cultura, como ação cultural que reforça o direito à cultura e sua autonomia enquanto dimensão específica e particular da sociedade, não enquanto serviços voltados aos mecanismos de mercado. A práxis dos Pontos de Cultura faz com que sua singularidade se articule num conjunto mais amplo de relações, num todo com sentidos próprios e coletivos que não impõem a homogeneidade, mas cria um campo de significação e prática comum.

Um exemplo disso são os movimentos sociais e culturais como os povos originários, os quilombolas, ribeirinhos, população rural, os jovens, as crianças, os coletivos de produção cultural independentes e grupos ligados à cultura popular. Estes atores foram reconhecidos como sujeitos sociais e políticos na redemocratização ocorrida no Brasil na década de 80 e agora, na primeira década do Século XXI, encontram um espaço comum de valorização de suas expressões culturais nas políticas culturais que, por sua vez, também estimulam sua colaboração, troca e conectividade pelas novas ferramentas digitais.

Dentre os valores e princípios da ação cultural, destacamos a confiança, a comunicação, o associativismo e a integração entre o universo cognoscitivo e o afetivo. A perspectiva dialógica da ação cultural prevê que os sujeitos transformem o mundo em colaboração, com a consciência de que a transformação de uma realidade social ou o desenvolvimento de uma comunidade local só pode ocorrer a partir da apreensão de seu contexto, em interação com outras parcialidades, o que implica na consciência da unidade na diversidade (FREIRE, 2005).

Retomando a reflexão sobre a práxis pedagógica no contexto das ações culturais, podemos afirmar que a reivindicação da autonomia contra a uniformização crescente de nossa época também é recorrente nos sistemas educacionais. Na perspectiva da educação cidadã, a autonomia da escola é o que garante sua capacidade de educar para a liberdade. E é nessa brecha que inserimos a experiência os Pontos de Cultura na recorrência de sua articulação com escolas. Embora isso ainda signifique muito mais a ida do Ponto de Cultura à escola do que o fluxo contrário, merece uma reflexão aprofundada de como ocorre essa articulação e o que leva a ela.

No que tange o ensino da cultura e das artes nas escolas e junto às comunidades, identificamos uma convergência entre as limitações do sistema público de educação e a orientação político-pedagógica de muitos Pontos de Cultura. A escola torna-se assim um espaço que necessita uma oxigenação de ações culturais e representa, ao mesmo tempo,

uma porta de diálogo e interação com a comunidade. No escopo da pesquisa, foi identificado que o trabalho realizado pelos Pontos de Cultura nas escolas ocorre em sua maioria dentro do espaço da escola, com os alunos e não com os professores.

Práticas como essa nos remetem ao debate sempre atual da educação integral e à qualidade sociocultural da educação. Complementar o currículo da escola com atividades artístico-culturais é uma iniciativa muito relevante que precisa vir acompanhada de uma reflexão e prática problematizadora da forma em que ocorre o aprendizado. O Ponto de Cultura contribui para problematizar a educação conteudista da escola, oferecendo alternativas a ela, como podemos observar nas experiências em que educadores e educandos constroem juntos a prática educativa, a organização de seus tempos e conteúdos. Isso gera uma ruptura na relação autoritária entre professor e aluno, ressignificando-a. Podemos afirmar que há Pontos de Cultura que criam um espaço de liberdade e autonomia para que a comunidade escolar possa contribuir na transformação nas relações sociais nessa mesma direção.

A ação cultural e sua relação intrínseca com a educação dos Pontos de Cultura também nos oferece elementos para refletir acerca do desenvolvimento da autonomia dos sujeitos envolvidos com sua prática. A autonomia compreendida como a capacidade de autodeterminação, de autogoverno, de auto-realização é sempre relativa e determinada historicamente pelas circunstâncias em que se realiza. A autonomia também tem relação direta com a participação e nos faz pensar que quanto maior a participação dos educandos na definição do que querem estudar e como desejam que isso ocorra, maior o seu envolvimento com a prática educativa num exercício de autonomia.

A gestão das atividades educativas também é uma questão importante no processo pedagógico pois oferece uma oportunidade dos educandos vivenciarem um exercício concreto de experiência cidadã de forma autônoma. Mais uma vez, a participação torna-se um elemento chave no processo de aprendizagem. O que nos faz ir além da participação, aprofundando o seu alcance em termos da transformação social, é, por sua vez, a autogestão. A autogestão pressupõe o fim do antagonismo entre capital e trabalho e entre economia e política, pois parte do exercício direto de poder, em que os trabalhadores, enquanto produtores associados, são proprietários dos meios de produção, dirigem sua produção e o resultado derivado dela. Essa relação de produção existiu e foi experimentada em comitês de fábricas, em comunidades, em empresas e, também, nas escolas.

Há Pontos de Cultura que também se organizam de forma autogestionada e o trabalho de campo desta pesquisa teve a oportunidade de acompanhar uma dessas experiências em São Paulo. A concepção política que fundamenta o trabalho desse Ponto está baseada no conhecimento livre e na produção colaborativa. O uso, a difusão e a defesa do Software Livre é algo muito presente na sua prática. Do mesmo modo, situa-se o exercício da Economia Solidária e a ressignificação das relações de trabalho e de mercado. A utilização de uma moeda social, aliada às trocas de produtos e serviços, operadas em planilhas abertas, são iniciativas que estruturam relações democráticas e solidárias no Ponto de Cultura, além de estimular a participação e a articulação em redes.

O sistema de trocas criados com base no uso de moeda social própria estimula uma rede de parceiros e colaboradores que não é contabilizada materialmente, mas mobiliza um circuito intangível da economia. Essa rede de trocas estimula a inserção e participação de pessoas e grupos na circulação dos produtos e serviços, contabilizando também as horas trabalhadas como parte das trocas. Esse circuito envolve colaboradores próximos aos projetos e ações da instituição, mas também integra estabelecimentos comerciais diversos, além de grupos comunitários, artistas, estudante suniversitários, dentre outros atores da cidade.

A gestão financeira da instituição e, por extensão de suas ações como Ponto de Cultura, é realizada por meio de caixa coletivo. Os recursos existentes são para o funcionamento da instituição, para o desenvolvimento dos projetos e para a sobrevivência do grupo. Com o caixa coletivo, há uma gestão e regulação coletivas dos recursos, pois todos se apropriam muito mais do orçamento existente e, ao compartilhar os gastos e os ganhos, exercita-se o uso consciente do dinheiro, de acordo com a demanda de cada pessoa e do grupo. Além da responsabilidade individual com o sentido coletivo dos recursos, há alguns acordos e instrumentos de gestão utilizados para garantir o fluxo saudável do caixa coletivo: todas as retiradas do caixa são registradas, há um núcleo de sustentabilidade que tem como responsabilidade organizar o pagamento das contas, há um grupo de email que discute o fluxo do caixa e as decisões que precisam ser tomadas de gastos e investimentos, além do fato de todos os projetos possuírem sua planilha de acompanhamento da movimentação que é alimentada por todos os envolvidos no projeto.

Algumas noções são recorrentes na Economia Solidária e na prática dos Pontos de Cultura; tratam-se de categorias que expressam valores e práticas, como articulação

em rede, gestão compartilhada, diversidade cultural e trabalho colaborativo. Por serem baseadas em acordos interpessoais e coletivos, orientados por compreensões compartilhadas por todas as pessoas envolvidas interessadas em participar, essas práticas coletivas e colaborativas de cultura mobilizam um sistema alternativo de códigos e instituições, comportamentos comuns, confiança mútua, uma ética e uma estética com lógicas e lealdades próprias.

Acreditamos que o trabalho associado baseado na produção cultural colaborativa dos Pontos de Cultura pode ser uma alternativa mobilizadora de valores e ações que contribuam para a continuidade de seus projetos e manifestações artístico-culturais, bem como para o seu fortalecimento institucional e econômico.

A criação de uma rede de produção, comercialização e consumo orientada por uma lógica alternativa à da mercantilização da cultura é um estímulo para alguns Pontos de Cultura pesquisados. É por meio desses circuitos e redes que ocorre a ampliação da escala de atuação e produção dessas instituições, contribuindo não somente para estender a circulação de produtos, serviços e dos artistas, mas também para difundir conhecimento, valores e práticas de gestão democrática.

## **Bibliografia**

- ARAÚJO, Herton E.; BARBOSA, Frederico A. B. (Org.). *Cultura Viva: avaliação do programa arte educação e cidadania*. Brasília: Ipea, 2010.
- BRASIL. Ministério da Cultura. *Edital de divulgação nº 01, de 16 de julho de 2004*. Disponível em: <[http://www.cultura.gov.br/cultura\\_viva/catalogo/cat18.php](http://www.cultura.gov.br/cultura_viva/catalogo/cat18.php)>. Acesso em: 6 jan. 2008.
- CHAUÍ, Marilena. *Cidadania Cultural*. São Paulo: EFPA, 2006.
- COELHO, Teixeira. *O que é ação cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 41. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GADOTTI, Moacir. *Escola Cidadã*. 11. ed. rev. e ampl. São Paulo: v. 24, Cortez, 2006.
- PACHECO, Lillian. *Pedagogia Griô: A reinvenção da Roda da Vida*. 2. ed. Lençóis: Grãos de Luz e Griô, 2006.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador, EDUFBA, 2007.

VILUTIS, Luana. *Cultura e juventude: a formação dos jovens nos Pontos de Cultura*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

## KAIRÓS: UMA NARRATIVA SOBRE O CULTURA VIVA

Paula Ziviani<sup>12</sup>

**Resumo:** O texto é fruto do trabalho de investigação realizado no Instituto Kairós como parte das atividades da Pesquisa Avaliativa do Programa Arte Cultura e Cidadania, conduzida pelo IPEA. Trata-se de uma tentativa de descrever os fatos observados e explorar a fala dos entrevistados no que se refere à organização da sua prática e os impactos do Programa Cultura Viva nesse processo.

**Palavras-chave:** Programa Cultura Viva, ponto de cultura, impactos.

### 1. Introdução

Este texto é fruto do trabalho de investigação<sup>13</sup> realizado no Instituto Kairós como parte integrante das atividades de desenvolvimento da Pesquisa Avaliativa do Programa Arte Cultura e Cidadania – Cultura Viva, conduzida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, em 2010/2011. A metodologia adotada foi a pesquisa de campo por meio do trabalho de imersão. As técnicas utilizadas foram observação participante e entrevistas semi-estruturadas com a equipe do ponto de cultura e da instituição proponente, público beneficiado e comunidade do entorno na tentativa de identificar os elementos imprescindíveis para a compreensão das realidades e contexto social dos diferentes atores que fazem parte do Programa ou que são por ele, mesmo que indiretamente, impactados.

O trabalho de imersão foi propício para o convívio com os sujeitos da investigação por um determinado período de tempo, além do mergulho nas ações desenvolvidas pela organização e o acompanhamento do seu dia a dia. Procurou-se adotar a postura do pesquisador como sujeito ativo disposto a participar de oficinas, apresentações, tarefas diárias e reuniões de trabalho quando convidado pelo grupo, na tentativa de identificar e examinar as razões e intenções pelas quais as ações e relações sociais estabelecidas adquiriam sentido. Tal procedimento possibilitou mapear seus comportamentos, valores, hábitos e opiniões a respeito de sua prática simbólica, bem como diagnosticar os principais impactos e dificuldades relacionados ao Programa.

---

<sup>12</sup> Bolsista de pesquisa do IPEA. E-mail. [pzviani@gmail.com](mailto:pzviani@gmail.com)

<sup>13</sup> As reflexões que se seguem se baseiam na experiência de campo propriamente e, sobretudo, na interação e reflexões do grupo de pesquisadores selecionados para a segunda avaliação do Programa realizada pelo IPEA, a quem se estende os créditos e agradece a leitura atenciosa de Analúcia Sulina, Luana Vilutis, Raul Simões, Lorraine Gomes, Luciana Lima e Anny Medeiros. Agradece-se ainda a receptividade da equipe gestora do Instituto Kairós, que abriu as portas para que a pesquisa de campo acontecesse com livre acesso às suas atividades e documentos.

Feitas tais considerações, apresenta-se a seguir uma tentativa de explorar a fala e o discurso dos interlocutores da pesquisa, além do material institucional por eles apresentado. O esforço que se empreende consiste em descrever os fatos observados e as narrativas que os entrevistados fazem sobre sua prática e a sua relação com o ponto de cultura e o Cultura Viva. Procura-se com esse movimento, reconhecer a fala dos interlocutores como produtora de sentido e, portanto, merecedora de reflexão para a avaliação, mesmo que em parte, do Programa.

Cabe ressaltar a dificuldade enfrentada no momento de delimitar ou identificar as ações do ponto de cultura numa instituição que se enxerga como “espelho do Programa Cultura Viva”<sup>14</sup>. É possível perceber, na fala dos entrevistados o reconhecimento de que “antes do Cultura Viva ser o Cultura Viva, o Kairós já era Cultura Viva, já tinha a cara do Programa”<sup>15</sup>. É legítimo afirmar que as ações do ponto extrapolam o plano de trabalho apresentado no momento da assinatura do convênio. A dimensão dessas ações é muito maior do que a abrangência do recurso disponibilizado pela parceria, uma vez que a entidade organiza ações em todas as áreas do Programa. Contudo, pela impossibilidade de acompanhar todas elas, foi convencionado e adotado como estratégia de identificação, o recorte a partir do objeto do convênio e do financiamento do Ministério da Cultura (MinC), mas sem deixar de lado a perspectiva do ponto de cultura como algo difuso e inter-relacional, ou seja, algo vivo e orgânico.

## **2. Histórico da instituição**

O Instituto Kairós está localizado em São Sebastião das Águas Claras (Macacos), distrito de Nova Lima, a 25 km da cidade de Belo Horizonte. A região tem enorme potencial para o turismo, mas na visão da instituição o seu crescimento vem ocorrendo sem planejamento, encobrendo alguns processos culturais e produtivos da comunidade. Segundo informações coletadas nos relatórios da entidade, o IDH é elevado em função dos condomínios de classe alta da região, mas a renda per capita da maioria da população é de 1/2 salário mínimo. A comunidade tem aproximadamente 2.500 pessoas e é carente de transporte coletivo, escolas (existe uma de ensino do 1º ao 5º ano), clubes, centros culturais, dentre outros equipamentos.

Fundado em 2002, o Instituto Kairós é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que surgiu da vontade de um grupo de arquitetos e artistas de estruturar um projeto de utilização do espaço de um terreno abandonado e degradado da Prefeitura Municipal de Nova Lima. O primeiro projeto exigiu a criação de uma instituição

---

<sup>14</sup> Entrevista em 30/09/2010.

<sup>15</sup> Entrevista em 04/10/2010.

jurídica para receber a verba de trinta mil reais da MBR (Minerações Brasileiras Reunidas), mineradora interessada em realizar ações de responsabilidade social na região. A Prefeitura cedeu o terreno em comodato<sup>16</sup> (uma área de 48.000m<sup>2</sup>) para implantação do centro e as obras começaram. A comunidade foi envolvida no processo, que através de oficinas de bioarquitetura e bioconstrução contribuiu para a estruturação e construção da sede da instituição.

Talvez o que diferencia o Kairós de outras iniciativas que possuem o foco no desenvolvimento local, tenha vindo justamente dessa integração e vínculo com a comunidade estabelecidos durante o processo de construção conjunta do espaço. “Quando a gente constrói alguma coisa juntos, a gente se iguala, se aproxima das pessoas”<sup>17</sup>. A sede é preservada e nunca teve problemas de degradação, roubo ou invasão, mesmo sem muros ou portões que supostamente operam para garantir a segurança (não existem cercas que demarcam o limite da propriedade).

Os tijolos de adobe fabricados com a terra e água do terreno, as paredes estruturadas com o bambu, também retirado do terreno, os equipamentos de saneamento alternativo, os painéis de material reciclado que fecham os espaços, os telhados de grama, o reaproveitamento de rejeitos minerários, os estrados de madeira doados pela mineradora seguem os preceitos da bioarquitetura e evidenciam as principais diretrizes que orientam as ações do Instituto. A fala da gestora explica que a “bioarquitetura e a permacultura é o que vem dos saberes, o Kairós foi construído pela rede de saberes da tradição oral”<sup>18</sup>. Segundo relato, cada integrante da comunidade contribuiu com o conhecimento que tinha sobre as técnicas de construção tradicionais, sendo que a construção da sede foi o resultado prático dos cursos, oficinas e laboratórios participativos e da apropriação de materiais locais. A área verde foi recuperada através da doação de mudas e plantas, inclusive medicinais, trazidas pela população.

A instituição organiza as suas ações a partir de quatro dimensões (sociocultural, socioeducativa, socioeconômica e socioambiental) que se integram e complementam, com foco na atuação no território de Macacos e no desenvolvimento humano das pessoas que habitam o distrito. Cada área é dividida e se desdobra em programas, projetos, ações e atividades. Não são trabalhados projetos isolados, e sim ações inseridas dentro de programas mais amplos, que possuem interface uns com os outros, e

---

<sup>16</sup> Contrato pelo qual uma pessoa ou instituição entrega a outrem alguma coisa infungível, para ser usada gratuita e temporariamente, com a obrigação de restituí-la depois.

<sup>17</sup> Entrevista em 25/10/2010.

<sup>18</sup> Entrevista em 08/10/2010.

são articulados com a comunidade e as políticas públicas do município. Dessa forma, a compreensão da dimensão do ponto de cultura na prática não deve ser dissociada e desintegrada das outras ações promovidas pela entidade.

O objetivo do Instituto Kairós é promover ações que propiciem o crescimento social e cultural de Macacos, com base em projetos socioambientais, educativos, culturais e de geração de renda. A entidade procura desenvolver pesquisas e tecnologias sociais aplicadas à comunidade, com compromisso direto às questões do território<sup>19</sup>, como explicitado na missão da instituição:

Gerar e transferir tecnologias sociais orientadas ao desenvolvimento humano, atuando no território por meio do fortalecimento de políticas públicas, de redes sociais e educativas, da autonomia produtiva, do protagonismo cultural das comunidades e da valorização dos recursos naturais e da biodiversidade.<sup>20</sup>

O Kairós procura ainda manter uma continuidade de suas ações, independente dos recursos advindos de programas de governo e parcerias. Apesar do esforço, algumas atividades acabam se desarticulando ou são interrompidas temporariamente quando os convênios são encerrados ou quando ocorre atraso no repasse do recurso, como é o caso de algumas atividades previstas para o ponto de cultura, no que se refere especificamente à cultura digital, que será abordado no decorrer do texto.

### **3. Atividades do ponto de cultura**

O projeto do ponto de cultura Uso da Tecnologia como Transformação Cultural<sup>21</sup> concluiu a prestação de contas em 2009 e o convênio assinado diretamente com o MinC foi encerrado. Ainda em 2009, a instituição foi novamente selecionada, mas agora como ponto de rede da Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais (SEC/MG), com projeto intitulado Cultura Oral e Novas Tecnologias. Depois de praticamente um ano de atraso<sup>22</sup>, o convênio com a SEC/MG foi assinado e a primeira parcela do recurso foi depositada. Atualmente, eles aguardam a aprovação da readequação da planilha orçamentária refeita por conta do longo período que se passou

---

<sup>19</sup> Ao longo do texto a noção de território que aparece na fala dos interlocutores e nos documentos da instituição será trabalhada em conformidade com a concepção de desenvolvimento local, entendendo o local como sendo, especialmente, a comunidade de Macacos e as ações práticas desenvolvidas ali. Contudo, por outro lado, não é possível deixar de mencionar o entendimento dos interlocutores de possuir o Kairós uma missão ainda maior, que extrapola o distrito e trabalha com a dimensão de território nacional ao pensar nas possibilidades de replicação de conhecimentos próprios e transferências de metodologia e tecnologia social para outras comunidades, com base na experiência vivida em São Sebastião das Águas Claras.

<sup>20</sup> Material institucional do Instituto Kairós (missão).

<sup>21</sup> O projeto foi selecionado no terceiro edital promovido pelo Ministério da Cultura, mais precisamente em 2005.

<sup>22</sup> O atraso na assinatura do convênio se deu por conta dos entraves criados pela administração pública referente às divergências políticas entre o MinC e a SEC/MG, tema que não será abordado nesse artigo.

da seleção até a efetivação do convênio, o que acabou tornando o cronograma de trabalho e orçamento defasados.

O primeiro projeto contemplava ações voltadas para o núcleo de cultura digital na instituição, ainda inexistente, através de atividades como: cursos de informática (telecentro); oficinas de vídeo e audiovisual; atividades com o Agente Cultura Viva; produção de um documentário<sup>23</sup>. Além da cultura digital, a proposta do ponto de cultura contemplava o núcleo de artesanato com o planejamento de oficinas de capacitação, atividade já existente na instituição desde 2004. O convênio com o Ministério da Cultura possibilitou a contratação de um coordenador e a compra de maquinário próprio. Isso oportunizou uma sistematização maior das atividades, a organização do espaço e da infraestrutura voltada para o trabalho das artesãs, a formação de uma unidade produtiva com o desenvolvimento de produtos para a comercialização, e consequente geração de renda para as pessoas envolvidas.

No caso do artesanato, o coordenador contratado com o recurso do primeiro convênio do ponto de cultura mantém-se até hoje por meio de outras parcerias e a venda de produtos, assim como as oficinas de formação e produção. Provavelmente, por ser algo inovador para a entidade, a cultura digital acabou se desarticulando entre a passagem de um convênio para o outro. A proposta estruturada para o segundo convênio procura intensificar essas atividades ainda incipientes. Apesar de não ser o foco primordial do segundo projeto, além das oficinas de cultura digital, foram observadas algumas oficinas de produção de artesanato, que também descreveremos mais a frente.

### **3.1. Descrição das atividades observadas**

#### **3.1.1. Cultura Digital**

As ações voltadas para a cultura digital fazem parte da área sociocultural da instituição, programa Cultura e Informação. O programa abrange três projetos: comunicação comunitária, cultura digital e viva a leitura. Fazem parte ainda da área sociocultural mais outros dois programas com projetos e ações convergentes e de interface com as ações que aqui estamos considerando do ponto de cultura.

O programa Cultura e Informação possui um responsável que é caracterizado pela gestão da instituição como um “articulador do ponto de cultura”, encarregado por

---

<sup>23</sup> O projeto do documentário também foi selecionado no Fundo Estadual de Cultura, em 2007, e utilizou parte desse recurso para a sua viabilização/finalização. Trata-se de um registro dos mestres da cultura local e seus saberes sobre tradição oral.

“corresponder e dialogar com a rede dos pontos de cultura”<sup>24</sup>. Sua atuação anterior na instituição era como educador musical e, no final do ano passado (2009), passou a fazer a articulação do ponto e representar o Kairós nos encontros do programa, já que o segundo convênio estava prestes a sair.

Atualmente, as atividades do ponto relacionadas à ação cultura digital estão aguardando a autorização para utilizar os recursos do novo convênio com o estado. Apesar deste fato, foi realizada uma oficina sobre o tema com os adolescentes integrantes do grupo musical da instituição que iriam se apresentar no SESC, em São Paulo. A iniciativa foi planejada como uma alternativa para se pensar num piloto (experimentação) que deverá ser implantado no ano seguinte com os jovens da comunidade. Foram realizados três encontros com duração de duas horas cada um. Participaram, aproximadamente, oito adolescentes, com idades entre 11 e 15 anos. A oficina foi conduzida por um educador que ministra disciplinas de expressão digital e audiovisual em escolas da rede particular de ensino de Belo Horizonte. Com o tema expressão digital, a atividade visava explorar a expectativa e o imaginário do grupo sobre a cidade paulista, além de estimular nos jovens, a partir da experiência da viagem e do manuseio da câmera digital, outra percepção e identificação do local onde moram.

No primeiro dia, eles tiveram algumas noções de enquadramento e funcionamento das câmeras. O início da oficina enfrentou uma série de dificuldades, desde a falta de interesse dos adolescentes, a concorrência com o computador com acesso à internet (muitos jovens não queriam sair para fazer as filmagens a fim de permanecer no telecentro para navegar na internet – jogos virtuais e Orkut), até os problemas de sociabilidade entre eles. No segundo dia, foi proposto que eles entrevistassem as pessoas sobre a cidade de São Paulo. A timidez tomou conta do grupo, que acabou se dispersando no meio da tarefa. No último dia, foi adotada outra estratégia, o encontro aconteceu no centro do arraial, fazendo alusão à fala das crianças, e a missão era filmar o que, na visão deles, representava o local onde moravam. A interação foi muito maior e os adolescentes saíram pela vila filmando o dia-a-dia das pessoas, a igreja, o curral e o córrego onde brincam. As características intrínsecas ao jovem do interior foram ressaltadas nos objetos de interesse e temas da filmagem.

As ações da cultura digital observadas ainda são preliminares e experimentais, pela própria situação de espera do recurso. Existe ainda um caminho a percorrer para que a oficina de vídeo tenha uma função e uma vertente educativa para os jovens do

---

<sup>24</sup> Entrevista em 30/09/2010.

distrito. Por outro lado, parece haver na equipe do ponto a consciência de que nem toda oficina de vídeo consegue cumprir essa função. Na fala dos entrevistados existia uma preocupação com o desenvolvimento de um olhar próprio dos jovens e não com o produto final.

O momento atual é de conquista e de sensibilização dos adolescentes com vistas a consolidar uma relação ainda tímida. A instituição fomenta, sem maiores problemas, atividades com as crianças, através das ações do projeto Rede Escola Viva, e com os idosos, no projeto Tradição Oral que abrange ações com os griôs e os grupos de mestres. São promovidos encontros intergeracionais, que estimulam a troca e a convivência entre as crianças e a terceira idade. Porém, existe no ponto uma dificuldade pulsante de trabalhar com o público jovem. Tal preocupação é evidente no discurso de seus integrantes e nas ações articuladas como tentativa de reverter a situação. “O jovem é difícil, é anarquista por natureza”<sup>25</sup>.

Um dos argumentos levantados é que os adolescentes identificam a instituição como um espaço para crianças, onde eles participaram das atividades do contra turno escolar, quando estavam cursando os anos iniciais do ensino fundamental na escola municipal de Macacos. Essa ação faz parte do programa de Educação Integrada realizado em parceria com a Prefeitura Municipal de Nova Lima. Os anos finais, assim como o ensino médio, são cursados em outras instituições públicas de ensino do entorno, fora do distrito. As atividades de arte e educação do então chamado projeto “Do Lin Do Lá”, atualmente, Rede Escola Viva, consistem em oficinas de teatro, musicalização infantil, artes, resgate de brincadeiras infantis, futebol e educação ambiental a todos os alunos da escola. Por conta desses elementos, os adolescentes tendem a não querer participar das ações do Kairós por considerá-las como algo voltado para o período da infância. Outro fator que contribui é que a instituição “perde” o contato com o grupo quando os jovens passam a não estudar mais na escola do distrito.

Existe, na equipe do Kairós, uma inquietação, pois na concepção do grupo, o jovem seria o público ideal para trabalhar a ressignificação do espaço, uma vez que a criança encontra-se ainda em processo de formação. A coordenação da instituição vislumbra na cultura digital uma possibilidade de diálogo e comunicação com a juventude. Decorre daí uma série de ações que vêm sendo planejadas e implementadas, desde a contratação de uma equipe mais nova para atuar no ponto, como a organização de shows de talentos, cessão de espaços e equipamentos para ensaios de bandas da

---

<sup>25</sup> Entrevista em 30/09/2010.

comunidade, grupo musical de jovens, exibição de filmes, entre outras atividades, que visam reverter a resistência inicial apresentada pelos adolescentes. Há uma espécie de movimento de linguagem para preparar a identificação da instituição com este público e despertar o protagonismo juvenil da comunidade, ao fazer uso da tecnologia digital como meio e suporte para essa transformação. Nesse aspecto, o ponto de cultura parece ter instigado a percepção da necessidade de um estreitamento de laços maior entre o Kairós e os adolescentes, tendo como pressuposto a cultura digital.

A utilização dos softwares livres também se apresenta como um empecilho. Na visão do ponto, as capacitações organizadas pelo Cultura Viva foram pouco produtivas pelo desnivelamento do grupo, que contemplava pessoas com conhecimento avançado em programação juntamente com aqueles que desconheciam as noções básicas de informática. Foram apontadas ainda as limitações técnicas de alguns programas, em especial, de edição de vídeo.

### **3.1.2. Artesanato**

As atividades ligadas ao artesanato fazem parte da área socioeconômica da instituição, programa Economia Solidária, que abrange quatro projetos: geração de renda, formação e desenvolvimento, comércio justo, e, pesquisa e desenvolvimento.

As artesãs se iniciam no projeto de formação e desenvolvimento, participando das ações de capacitação em técnicas artesanais. As oficinas são gratuitas e abertas para a comunidade. Uma vez adquiridas as habilidades necessárias, as mulheres passam a integrar a unidade produtiva, do projeto de geração de renda. Atualmente, estão envolvidas cerca de 30 artesãs, com faixa etária entre 18 e 50 anos, mas são poucas as que frequentam o Kairós. Normalmente, vão às oficinas as que estão iniciando ou as que estão inseguras quanto à execução de algum produto novo. O restante produz em casa e aparece apenas para entregar a produção ou para recolher mais material (cedido pela instituição) para a fabricação das encomendas. A unidade produtiva está concentrada em 12 artesãs, mais atuantes, e que dão conta da maior parte da produção.

Nos encontros observados, participaram em torno de 8 artesãs. As mais experientes trabalham junto com as iniciantes, não existe separação entre o aprendiz e o produtor. Para evitar desânimo ou desestímulo, elas são orientadas a começar pelos produtos mais fáceis e depois vão aumentando o grau de dificuldade. As oficinas acontecem mediante a supervisão de um coordenador, profissional formado em design de ambientes e residente na comunidade, já há 5 anos na instituição.

A coordenação é responsável pelo acompanhamento do estoque da loja, vendas, compra de materiais, contato com os fornecedores, criação de novos protótipos, elaboração das fichas técnicas dos produtos (com custo de cada matéria prima, tempo de produção, etc), capacitação das artesãs, distribuição das encomendas entre elas e controle de qualidade dos produtos e dos prazos de produção. As artesãs são envolvidas no processo de construção das fichas técnicas dos produtos, cálculo dos custos para a sua fabricação e matéria prima necessária. Tal procedimento é adotado para facilitar o entendimento sobre a diferença do preço que é pago pela produção da peça e o valor final do produto na loja ou na feira, onde estão embutidos outros custos que não só o de produção.

O Instituto Kairós compra os produtos fabricados por cada artesã mediante encomendas realizadas previamente. O preço calculado por hora trabalhada equivale a R\$ 5,00. O pagamento é mensal. O tempo de fabricação do produto é calculado pela coordenação do artesanato com base na média entre o tempo da artesã mais lenta e o tempo da artesã mais rápida. A artesã pode escolher fazer a peça inteira ou apenas a parte que condiz com as suas habilidades. As que escolheram o artesanato como foco profissional, com dedicação exclusiva, chegam a receber entre R\$ 800,00 a R\$ 1.000,00 por mês, o que é considerado um bom salário para região, tendo em vista que a maioria da população recebe em torno de 1/2 salário mínimo. Apesar da boa remuneração, para a maioria, o artesanato ainda não é a atividade econômica principal. Além dessa atividade, elas trabalham como caseiras, faxineiras e cozinheiras, ou são donas de casa. Percebe-se que o artesanato se apresenta como uma alternativa de complementação da renda e aumento do poder aquisitivo das famílias.

Fora o retorno financeiro, a principal transformação parece estar relacionada à auto-estima e valorização dessas mulheres, que passam a ter uma convivência maior com o grupo, uma ocupação, um compromisso e uma obrigação para sair de casa. O aumento do poder aquisitivo parece vir acompanhado de sentimentos como respeito de si mesmo, amor-próprio, dignidade e coragem.

O aprendizado não se limita ao conhecimento de uma determinada técnica. As artesãs são envolvidas na organização da compra de material: planejamento da matéria prima faltante, deslocamento até Belo Horizonte e ida às lojas no centro da cidade. Esse exercício é posto em prática para que elas tenham uma dimensão do trabalho que existe por trás do material que é utilizado para a fabricação das peças. Apesar dos aparentes benefícios, a rotatividade do grupo é alta, pois muitas famílias não nasceram na região e

as mulheres vão atrás dos seus maridos, quando estes precisam se mudar por algum motivo relacionado ao emprego.

O Instituto Kairós apóia os artesãos locais através do suporte para organização de feiras de exposição de seus próprios produtos. Durante o período da pesquisa, vinham sendo organizadas reuniões voltadas para a elaboração do regulamento desta feira, prevista para acontecer num dos espaços do Kairós, aos sábados. Fazem parte dos expositores artesãos locais que participam ou não do grupo de artesanato da instituição. O objetivo é fazer com que elas tenham oportunidade e estímulo para desenvolver e produzir seus próprios artigos, e não apenas as peças encomendadas pela instituição.

### **3.2. Articulação e participação em redes: uma ação expandida**

Conforme destacado no início do texto, o Instituto Kairós atua em todas as dimensões do Programa Cultura Viva: Escola Viva, Agente Cultura Viva, Ação Griô, Cultura Digital, Saúde e Cultura, Economia Viva e Ludicidade (pontinhos). Todas as ações já vinham sendo promovidas pela instituição, com exceção da cultura digital. Como resultado, a entidade recebeu diversos prêmios e foi selecionada em praticamente todos os editais que se inscreveu de interface com o Programa Cultura Viva.

Como ponto de cultura, procura participar da maioria das ações organizadas e articuladas em rede que possuem como foco intencional o Programa Cultura Viva, como os encontros do TEIA (nacional e estadual), fóruns regionais, oficinas de capacitação do cultura digital e de gestão do convênio (promovidas pela SEC/MG). Além das atividades descritas no tópico anterior, o Kairós organiza ações referentes às outras dimensões do Programa e que possuem encontros próprios de articulação e sistematização de metodologias, como é o caso da Ação Griô – onde parece que a participação e integração da entidade na rede dos pontos foram mais ativas e efetivas.

Segundo o relato, ser selecionado na “Ação Griô Nacional – 2006” propiciou uma troca de informações e metodologias por meio de encontros virtuais e e-mails. Os encontros regionais presenciais estiveram voltados para a sistematização de uma pedagogia própria e a elaboração de indicadores nacionais – interação iniciada pelo ponto de cultura Grãos de Luz e Griô (BA) e pelo Pontão Ação Griô Nacional. É interessante destacar as relações que foram sendo construídas a partir da interação em rede e as consequências desse processo para a organização das metodologias utilizadas anteriormente pela instituição, conforme ressalta a fala abaixo:

O ponto veio para reforçar talvez que a gente estivesse num caminho certo. Porque como o Kairós nasceu de uma questão intuitiva, a gente tinha pouca metodologia sistematizada no início. O Cultura Viva trouxe muito essa cultura

da sistematização para dentro do Kairós. Essa necessidade, em função das próprias relações que se criam em rede. Como que você vai se relacionar com o ponto se você não sabe dizer o que você faz, como você faz. Isso acabou dando essa dimensão. Então muito mais na questão da metodologia e da pedagogia que foi mesmo confirmada essa coisa do ponto de cultura. Para gente, o ponto de cultura... é como se fosse assim... sabe quando você ganha um selo? Então para a gente é como se fosse um selo, e não ações delimitadas.

(...) A coisa da gente estar articulado em rede, dos encontros do Programa. (...) A gente sabe que a gente tem um grupo conectado, não é aquele ponto isolado no mundo. Isso para mim é um dos... por mais que a gente não utilize a rede no potencial dela. Só o fato de estar nela já dá uma segurança danada, de que você não está sozinho, de que você tem experiências similares. Quando o Programa lança um catálogo... (...) A rede intencional, ela tem uma pedagogia de costura, então a gente sabe que... por exemplo, vamos pegar aquele livro da Ação Griô, todas as instituições retratadas ali, elas conhecem e partilham de uma mesma pedagogia, mesmo que cada uma use, aplique e ressignifique essa pedagogia dentro da sua instituição de maneiras diferentes. Mas existe uma costura, um esqueleto, uma espinha dorsal que essas instituições vão se alinhando nisso. Isso dá segurança de prosseguir, de criar, de pensar num planejamento, de pensar o futuro. Porque você vê sentido, tem um contexto maior.<sup>26</sup>

Assim, no que se refere aos instrumentos de articulação e participação em rede, dividi-se a atuação do Kairós em duas dimensões mais significativas. A primeira delas está diretamente ligada à rede dos pontos de cultura e as possibilidades que se desdobram a partir dessa integração como, por exemplo, a visibilidade que uma rede de extensão nacional proporciona (a instituição passa a ser conhecida fora do distrito) e a afirmação ou confirmação, ou seja, o reconhecimento da legitimidade de um trabalho que vem sendo feito.

A outra dimensão da atuação em rede do Kairós, como ponto ou como instituição, consiste na sua forma de organizar e interferir na comunidade em que está inserido e os espaços de diálogo que são criados a partir dessa interação. Trata-se da sua atuação ativa na construção de uma rede de extensão local ligada à transformação do território. Nessa perspectiva, através de seus projetos e ações, a entidade articula, em rede, diferentes atores, conselhos e políticas públicas do município. São exemplos disso: a atuação integrada à escola municipal, aprovada no Conselho Municipal da Infância e do Adolescente de Nova Lima, e o trabalho no posto de saúde, com o envolvimento do médico responsável local no uso de práticas tradicionais de plantas medicinais e remédios da farmácia caseira comunitária. Apenas para se ter uma dimensão dessa rede, o trabalho com as plantas medicinais está diretamente ligado a articulação que é feita com as raizeiras e benzedeiros da comunidade e o grupo de mestres da tradição oral, então considerados griôs, e o registro das práticas tradicionais utilizadas na região. Tal

<sup>26</sup> Entrevista em 09/11/2010.

registro é posto em prática também pelas ações da cultura digital e pelo documentário produzido com a participação dos jovens do Agente Cultura Viva. Esses jovens, em sua maioria, são os que fazem parte do grupo musical que desenvolve a ação intergeracional com a participação dos griôs. Os griôs estão presentes no artesanato, quando resgatam alguma técnica tradicional de bordado, por exemplo. E assim por diante.

#### 4. Sustentabilidade

O principal retorno do Programa Cultura Viva ao Kairós definitivamente não é financeiro. A parcela anual do ponto de cultura (R\$ 60.000,00) representa 5% do valor orçamentário da instituição. Percebe-se inclusive que a questão da cultura digital ainda é incipiente, provavelmente, pelo pouco recurso financeiro destinado se comparado aos outros projetos da instituição, que recebem apoio de empresas privadas, governos, fundações, centros de tecnologia, instituições de pesquisa e universidades.

Todas as ações oferecidas à comunidade são gratuitas. Alguns produtos, atividades ou ações são comercializadas visando à sustentabilidade de seus programas e projetos, como é o caso das atividades destacadas abaixo, por ordem de importância:

Quadro 1 – Principais atividades econômicas

N	Atividades econômicas	Como surgiram	Desde
1	Desenvolvimento e transferência de tecnologia social.	Consequência da parceria realizada com Fundação Dom Cabral, que possibilitou maior segurança para a sistematização de métodos e processos próprios para a realização de consultorias.	2010
2	Comercialização de produtos artesanais.	Reaproveitamento da matéria prima (bioarquitetura) da região e organização das pessoas em torno dos saberes local.	2002
3	Prestação de serviço (cursos, palestras e oficinas).	Reestruturação de programas e projetos da instituição, verificação de demandas de outros lugares e recebimento constante de pessoas interessadas em conhecer o trabalho do Kairós.	2006

Fonte: Elaboração do pesquisador com base nos dados coletados durante a pesquisa.

Contudo, tais atividades ainda não garantem a sustentabilidade. Na visão da gestora, com o amadurecimento da instituição, o objetivo futuro é garantir a sua sustentabilidade através da prestação de serviços de consultorias: o desenvolvimento de pesquisa e inovação, e a replicação de tecnologias sociais para outras localidades.

Atualmente, o valor anual da venda da produção de artesanato é R\$ 50.000,00. No entanto, segundo os entrevistados, a atividade também não é auto-sustentável, necessita ainda de projetos que a impulsione e auxilie no pagamento do aluguel da loja, das oficinas e do coordenador. Todo o dinheiro arrecadado com a venda dos produtos é revertido para a manutenção da própria atividade. Os produtos são comercializados na loja da instituição por meio da venda direta ao consumidor, para revendedores/atacadistas em feiras e para órgão governamental e empresas privadas (brindes institucionais).

## 5. Considerações finais

O texto procurou descrever e apresentar alguns dos principais impactos do Cultura Viva e das ações do ponto de cultura na instituição que as propõe e na comunidade em que se insere. São muitos os aspectos a serem explorados e esmiuçados, contudo, indica-se a seguir alguns elementos considerados significativos para uma análise da dimensão do Programa e dos conceitos que opera em sua prática. Existe um desafio ao se analisar os impactos do Programa para além da dimensão financeira, que é o que a experiência de campo acaba nos propondo.

No caso específico do Kairós, percebe-se que o recurso financeiro não é tão essencial, os impactos resultantes da sua inserção no Programa são de outra ordem e passam pela questão da sustentabilidade financeira, por exemplo, quando analisamos que após a aprovação do projeto do ponto de cultura em 2005, a entidade foi agraciada, ao longo dos anos, por cerca de dezesseis prêmios e editais. É fato que o ponto tem um capital grande, já que foi premiado várias vezes e por instituições diferentes. Contudo, não seria exagerado afirmar que o conveniamento com o MinC acaba conferindo legitimidade e idoneidade a projetos e propostas, uma espécie de selo de qualidade, que têm desdobramentos positivos: favorece o aumento do número de parcerias para a instituição e possibilita uma projeção maior no cenário cultural nacional após a inserção na rede dos pontos de cultura de uma organização que possui ainda atuação muito restrita à comunidade em que está localizada.

Outro aspecto que nos parece relevante diz respeito ao “sentimento de segurança” revelado pelos interlocutores ou a “certeza” de estar trabalhando na direção correta, quando fazem alusão às metodologias propagadas pelo Programa, mais especificamente a celebração da Ação Griô Nacional. Entende-se ser necessário um acompanhamento mais sistemático e específico dessas atividades programadas, no sentido de avaliar o impacto da disseminação de tal pedagogia na organização social e cultural dessas pessoas e comunidades. Cabe ressaltar que se desconhece a fundo a Ação Griô Nacional para uma reflexão mais minuciosa. Contudo, tem-se receio de que uma pedagogia considerada nacional possa tornar menos evidente ou até mesmo sobrepor processos culturais com especificações exclusivas de determinada região ou localidade. Arrisca-se a afirmar que a política pública de cultura pode produzir homogeneização de algumas práticas culturais ditas diferentes.

Como contraponto à ação griô, podemos analisar a dificuldade enfrentada pela ação cultura digital, que na visão dos entrevistados não houve um aproveitamento maior

da instituição talvez pela ausência de uma metodologia clara e os problemas decorrentes desse processo. Percebe-se que o projeto do ponto de cultura surgiu da necessidade investir em atividades que já vinham sendo desenvolvidas, mas foi também estruturado para diversificar as ações e o público<sup>27</sup> através da implementação de atividades voltadas para a cultura digital – elemento novo na programação geral da instituição. Com passar dos anos, essa atividade foi se desarticulando. Nesse aspecto específico, as ações do Cultura Viva na instituição causaram impactos não tão significativos, tendo em vista as ações pontuais que foram desenvolvidas em determinado período e depois foram se desmobilizando. As causas apontadas pelos gestores são inúmeras, mas a principal parece estar voltada para a dificuldade de interação com a equipe responsável pela cultura digital, ausência de uma proposta de ação clara, falta de formação eficaz, suporte e manutenção dos equipamentos.

Por outro lado, quando analisamos o nome do segundo projeto do ponto de cultura, Cultura Oral e Novas Tecnologias, entende-se que a instituição associa um saber endógeno a outro estrangeiro, fato trazido pelas diretrizes da ação cultura digital do Programa. Ou seja, existe aí uma articulação de certa maneira inovadora do Cultura Viva para os atores e para a vida local ao unir a cultura oral a um elemento externo a isso, baseado em preceitos do que “vem de fora”.

Interessante ressaltar também o compromisso da instituição com a comunidade em que está inserida. Na visão do ponto, a sua função seria o de mediar o protagonismo de uma comunidade. Contudo, a mediação desse protagonismo é posterior a um momento de ressignificação e entendimento das suas próprias ações, enquanto ponto de cultura, enquanto instituição, ou o que quer que seja. O principal impacto do Cultura Viva no Kairós parece ter sido justamente esse. A contribuição para o amadurecimento e a organização de suas atividades que levam a uma compreensão mais ampla do que se faz e se propõe. Um entendimento maior de qual transformação se pretende alcançar, quais os instrumentos e os meios disponíveis para se fazer.

Por exemplo, no caso do artesanato, existe a preocupação de aumentar o leque de escolhas das mulheres da região no que se refere à sua atividade profissional e econômica. No entanto, o foco não é exclusivo na geração de renda através da reprodução de um modelo já existente de técnicas artesanais. Numa perspectiva mais ampla, o ponto procura ter uma abrangência de todos os agentes envolvidos nessa cadeia produtiva, há uma inquietação no sentido de pensar a dimensão do indivíduo

---

<sup>27</sup> A cultura digital vem sendo usada como um meio de aproximação dos jovens da comunidade.

através de uma estratégia de cooperativa (a organização da feira das artesãs), orientado por uma noção de cidadania.

A disseminação de alguns conceitos altera a lógica natural da organização de algumas manifestações, que passa a operar através da apropriação e ressignificação de novos espaços simbólicos, a construção de novas territorialidades. Ainda que a passos lentos, talvez uma nova consciência venha sendo trabalhada na comunidade, que não costuma ter nos processos tomados pelo turismo desplanejado, surgimentos de condomínios, crescimento da cidade e outros da mesma grandeza, suas referências culturais ou de identidade.

A metáfora da costura é recorrente na construção do discurso e no modo de narrar e explicar a sua ação. Existe uma identificação constante de todas as ações que são realizadas com o Cultura Viva. Talvez porque está enraizado nas pessoas que coordenam a instituição e, conseqüentemente, o ponto, a idéia de que o desenvolvimento do território é focado pelo viés cultural, uma vez que se entende a cultura como sendo a “costura” de tudo, o elo, o que faz o vínculo com todas as outras coisas, um espaço de troca, a rede (noções que foram surgindo ao longo das entrevistas).

A explicação da sua prática recorre à noção de permacultura, uma cultura permanente, duradoura, que atua numa dinâmica integrada e focada na multidimensão do desenvolvimento humano. E é justamente a cultura que permite essa integração, pois, segundo a fala dos entrevistados, a cultura permite trabalhar na dimensão afetiva e criativa das pessoas, que desemboca numa noção de pertencimento e faz com que a comunidade se mobilize para um determinado fim. Embora o Kairós se organize e se divida em quatro programas, a cultura perpassa e está presente em todos eles. O trabalho de repensar a política pública de saúde do município só é possível através de uma ação cultural de identificação, reconhecimento e resgate de práticas tradicionais de plantas medicinais. Nesse aspecto, o ponto de cultura tem uma ação local, localizada, mas que é mais complexa num cenário mais macro, da rede, e de possibilidade de replicação de metodologias e pedagogias. Essa ação ou o discurso de identificação com o ponto de cultura vai variar de acordo com os interesses e as necessidades de representação.